

Acção Socialista



Nº 1267 25 Julho 2006

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

Governo determinado em qualificar os portugueses



Entrevista 6

Marcos Perestrello:
"O PS não se esgota no Governo"



Plenários distritais 3

PS no bom caminho

Iniciativa 12

Deputados do PS querem nova auto-estrada de ligação a Espanha

Economia 13

Sector energético é novo motor de crescimento

SUPLEMENTO



RICARDO OLIVEIRA/GFPM

Como é costume o "Acção Socialista" vai de férias em Agosto. Aos militantes do PS desejamos umas boas férias e fazemos votos para que retemperem as forças para que estejamos todos em boa forma no início do próximo ano político.



JORGE SEGURO
SANCHES
Director

PS lidera projecto de mudança

1. Cumprem-se dezoito meses no próximo mês de Agosto que o PS assumiu com os portugueses um compromisso de dar a Portugal um Rumo, baseado num projecto de modernização e de mudança. E, com o seu voto claramente maioritário, os Portugueses quiseram reunir as condições políticas necessárias para que essa mudança pudesse, de facto, acontecer com sucesso.

Hoje os Portugueses sabem que temos um Governo que combate com coragem e sucesso os desequilíbrios das contas públicas, e que esse combate, agora e ao contrário do passado, não prejudica uma determinante modernização do país, decisiva para um futuro de sucesso.

Hoje os portugueses têm perfeita consciência de que muito está a mudar em Portugal. A seguir a uma governação ziguezagueante e descredibilizada, o PS soube liderar um projecto de mudança, e de reforma capaz de recuperar progressivamente o clima de confiança dos portugueses.

Hoje a economia portuguesa conseguiu inverter a tendência e regressou finalmente a uma trajectória positiva de crescimento, estando no final do 1º trimestre deste ano a crescer 1% em termos homólogos. E se é verdade que esse indicador resulta do crescimento das exportações portuguesas para o estrangeiro, também é verdade que esse crescimento surge associado a iniciativas concretas do Governo com o objectivo de superar

Hoje os portugueses têm perfeita consciência de que muito está a mudar em Portugal. A seguir a uma governação ziguezagueante e descredibilizada, o PS soube liderar um projecto de mudança, e de reforma capaz de recuperar progressivamente o clima de confiança dos portugueses

a estagnação económica e inverter o ciclo negativo e declinante em que se encontrava boa parte da economia portuguesa.

2. Com uma agenda diferente, na Assembleia Legislativa Regional da Madeira, o seu Presidente determinou que os profissionais da comunicação social em serviço naquele órgão regional estão obrigados, por força de um regulamento, a usar "indumentária consentânea" nos trabalhos do hemiciclo.

O referido regulamento especifica como sendo vestuário inadequado o uso de "t-shirts e sapatilhas desportivas, etc"., abrindo-se,

segundo contam os jornais, uma excepção nas camisolas para as senhoras jornalistas.

Não consta que o referido regulamento tenha demonstrado preocupações pela qualidade, isenção ou rigor do trabalho daqueles jornalistas.

3. Em Ponta Delgada, a Câmara Municipal local terá pago entre 51 (segundo números da autarquia) a 80 (segundo informação do PS) passagens aéreas para a cidade norte-americana de Fall Riverde.

O PS local considera o pagamento destas viagens um escandaloso gasto de dinheiros públicos tendo a referida Câmara assegurado que a autarquia suporta as despesas de deslocação, destinada a inaugurar em Fall River uma réplica das Portas da Cidade.

Segundo outras notícias a Câmara Municipal de Ponta Delgada terá já esgotado este ano de 2006 o seus limites legais de endividamento.

4. No momento em que nos chegam sinais muito encorajadores sobre a economia e as finanças nacionais, nos quais percebemos, como referiu José Sócrates na Assembleia da República, que iniciámos um caminho, mas apenas o iniciamos sentimos, que uma parte do país, felizmente minoritária, não estará consciente que o combate que enfrentamos é determinante e completamente moralizador para o futuro das novas gerações.

Lei da mobilidade visa melhorar a qualidade e diminuir os custos

“APROVEITAR e valorizar os bons recursos humanos” e “melhorar a qualidade dos serviços públicos com menores custos para os contribuintes” são os objectivos centrais da lei que estabelece o novo regime de mobilidade dos trabalhadores da Administração Pública, afirmou o ministro da Finanças, Teixeira dos Santos.

Ao apresentar na Assembleia da República o diploma aprovado na generalidade com o voto favorável do PS, Teixeira dos Santos rejeitou liminarmente qualquer intenção de despedimento de trabalhadores, sublinhando, no entanto, que o Governo não vai permitir a existência de funcionários públicos inactivos ou subaproveitados em serviços onde não são necessários.

Com este novo regime de mobilidade, adiantou, o Executivo propõe-se também “ajudar os funcionários públicos a reiniciar a actividade profissional, dentro ou fora da Administração Pública”.

Perante as questões colocadas pelos deputados da oposição o ministro das Finanças disse que só no final dos processos de reestruturação dos serviços da Administração Pública será possível ter uma estimativa relativamente ao número



RICARDO OLIVEIRA/GIPM

de trabalhadores que serão colocados em situação de mobilidade especial.

Teixeira dos Santos revelou, por ou-

tro lado, que Portugal tem actualmente 580.291 funcionários públicos, referindo ter terminado agora o novo processo de

contagem, o que não acontecia desde 1999.

De salientar que a bancada do PS tem reiterado a sua disponibilidade para introduzir alterações à lei da mobilidade quando o diploma estiver em discussão na especialidade.

O regime de mobilidade dos funcionários públicos prevê mecanismos de mobilidade geral, que já existem e que têm a ver com a troca, cedência ou destacamento de funcionários entre serviços.

A proposta prevê também mecanismos de mobilidade especial, que funcionará em três fases, implicando a perda gradual de remuneração, mas não de direitos (antiguidade, protecção na doença, subsídio de férias e de Natal) nem de deveres.

A primeira fase (de transição) tem a duração de dois meses e o trabalhador recebe a remuneração base por inteiro.

A segunda fase (de requalificação) dura 10 meses e o funcionário recebe cinco sextos da sua remuneração base.

A terceira fase (de compensação) segue-se ao primeiro ano de inactividade, durante a qual o trabalhador passa a receber quatro sextos da remuneração base mas pode ter outra actividade fora da função pública.

Estado mais justo é objectivo da agenda reformista do Governo

AVEIRO

Defender o Estado social, criar melhores condições para o crescimento económico e melhorar a qualificação dos portugueses são as três áreas da agenda reformista que o Governo tem vindo a prosseguir e que tem como ambição fazer de Portugal “um país mais moderno, competitivo e com menos desigualdades”, afirmou o primeiro-ministro e líder do PS, José Sócrates, no plenário de militantes. Encontros como este ocorreram por todo o país visando dar conta das principais orientações políticas que o PS tem seguido no Governo e ouvir a opinião dos militantes.

J. C. CASTELO BRANCO

NA REUNIÃO de Aveiro, José Sócrates começou por sublinhar que o partido “está num bom momento” e que tem “muito orgulho em servir o país num momento tão difícil como este, concentrado em trabalhar para resolver os problemas dos portugueses”.

E adiantou que “a maioria que o país deu há 16 meses ao PS não foi para que tudo ficasse na mesma, mas para fazer as mudanças necessárias”



PEDRO SILVA

em nome do interesse geral.

Nesse sentido, recordou que o Governo tem lançado um vasto conjunto de reformas em vários domínios do Estado, para que “esse Estado seja mais justo e com prestações sociais sustentáveis no futuro”.

“Todas as mudanças que fizemos visam preservar o Estado social, que ajudámos a lançar, de crises orçamentais”, disse.

E exemplificou com as mudanças operadas no sistema público de Segurança Social, visando garantir a sua sustentabilidade, como a uniformização da idade da reforma entre o sector público e privado, o fim dos regimes especiais “injustificáveis e para todos os gostos” na Administração Pública, começando com o fim do

regime especial que vigorava para os titulares de cargos públicos.

Determinado em garantir a sustentabilidade da Segurança Social pública, que classificou como “a maior conquista civilizacional”, o secretário-geral criticou “uma certa esquerda que acha que a única atitude a tomar seria deixar tudo na mesma, quando era evidente que o sistema estava ameaçado e se nada fosse feito entrava em desequilíbrio dentro de dois anos. Em 2012 já não haveria fundo de reserva da segurança social”.

Na sua intervenção, José Sócrates falou ainda de outra prioridade da agenda de modernização do Governo, a qualificação dos recursos humanos, tendo salientado as reformas feitas na educação,

como as aulas de inglês no ensino básico, as refeições escolares em todos os estabelecimentos deste grau de ensino, a formação de professores em matemática, o alargamento dos horários até às 17h30 para “servir as famílias”, entre outras medidas.

A terceira “área de problemas” que a “agenda da modernidade” visa resolver é “restaurar a confiança, apelando ao espírito empreendedor”, disse, acrescentando que, apesar das políticas de consolidação das contas públicas, a economia portuguesa começou a crescer.

“Ainda agora começámos, mas as coisas já estão a melhorar. Já estamos a crescer e a obter os primeiros resultados, tendo a economia crescido um por cento”, disse.

Na sua intervenção, o líder socialista referiu que o PS é um partido “com consciência social”, dando como exemplo a implementação do complemento solidário para idosos, que visa “dar resposta à pobreza mais desesperante, que é a pobreza dos idosos”.

Frisando que o complemento solidário para idosos “é a maior medida de combate à pobreza, a seguir ao rendimento mínimo”, lamentou que o Estado “tenha andado a distribuir privilégios e benesses por classes que não precisam, em vez de ajudar os que mais precisam”, como é o caso dos idosos com baixos rendimentos.

José Sócrates sublinhou ainda que “o PS sempre se caracterizou por ser um partido que esteve à altura dos tempos, tendo muito orgulho em servir o país, em particular nos momentos difíceis, como agora, em que está a governar para todos, impondo o interesse geral acima de qualquer interesse particular ou corporativo”.

Modernizar com os valores da esquerda democrática

LISBOA

“ESTAMOS empenhados na modernização do país e fazemo-lo com os valores da esquerda democrática, moderna e reformista”, afirmou o dirigente do PS Jaime Gama, no plenário de militantes da FAUL.

Segundo o presidente da Assembleia da República, o Governo, que pauta a sua acção em nome do interesse geral, tem procurado criar um clima de confiança, essencial para a atracção do investimento, e apostado na qualificação dos portugueses, através de reformas no sistema de ensino e reforço de verbas destinadas à ciência.

Sobre a Segurança Social, o dirigente socialista defendeu ser necessária uma reforma para garantir a sua sustentabilidade, já que “a sociedade evoluiu para melhor”, ou seja, explicou, a vida humana dura mais e as gerações jovens entram mais tarde no mercado de emprego, porque há uma maior duração do período escolar.

Por isso, defendeu, “é preciso ajustar a Segurança Social na base de critérios de justiça”.

Jaime Gama sustentou ainda que, tal como o Governo tem vindo a fazer, “os recursos nacionais devem ser canalizados para a modernização do país e para assegurar as funções sociais do Estado”.

Por outro lado, o dirigente socialista referiu que os últimos indicadores mostram que “há fundadas razões de que a economia comece a crescer como não acontecia desde há anos”, sublinhando que se trata de “um crescimento



PEDRO SILVA

baseado em exportações, logo mais sólido”.

Para Jaime Gama, “são sinais positivos que revelam a criação de um clima de confiança”, acrescentando que o Executivo socialista não deve perder esta dinâmica de transformação e mudança que tem caracterizado a sua acção ao longo destes primeiros 16 meses.

No plano interno, defendeu que “um grande partido como é o PS deve estar sempre disponível para amplificar a sua margem de potencial político, reflectindo bem sobre os seus grandes objectivos para o país”, bem como “aperfeiçoar os seus métodos de trabalho, adoptando mais profissionalismo no seu funcionamento”.

O dirigente socialista e presidente da Assembleia da República considerou ainda que “o PS deve saber elevar o debate acima da rotina, de forma a atrair mais cidadãos e saber ainda gerir uma permanente acessibilidade de cidadãos que queiram participar”.

Salvar e defender o estado social

PORTO

O “desafio central” que se coloca a um partido de esquerda moderna como o PS é salvar o Estado social, “o que só é possível com reformas que garantam a sua sustentabilidade”, afirmou o ministro da Presidência e dirigente nacional do PS, Pedro Silva Pereira, no plenário de militantes da Federação do Porto.

“Não podemos fazer como à nossa esquerda, que querem que tudo fique na mesma, nem como defendem à nossa direita, onde se propõe desmantelar o modelo social e enviar as pessoas para as mãos das seguradoras”, disse.

Por outro lado, Pedro Silva Pereira alertou o PS para a sua “responsabilidade histórica” de aproveitar a primeira maioria absoluta que obteve para cumprir as promessas eleitorais que fez.

“Uma coisa que não pode acontecer é o PS não estar à altura dessa responsabilidade histórica. Queremos chegar ao fim da legislatura, olhar nos olhos os portugueses e dizer que cumprimos”, disse.

O ministro da Presidência fez um balanço dos “quinze meses e três semanas” de Governo de José Sócrates, considerando que neste período foi levada a cabo uma “ofensiva contra a burocracia como nunca tinha havido”.

E apontou exemplos como os da “empresa na hora”, que, sublinhou, “agora já não é

na hora mas em apenas 55 minutos”.

“Esta inovação era considerada impossível por muitos, mesmo em países desenvolvidos que agora vêm cá ver como fizemos para também adoptar a medida”, referiu.

Pedro Silva Pereira lembrou ainda os investimentos que o Executivo tem captado em moldes “como não havia em Portugal há 20 ou 30 anos”, e a modernização da Administração Pública, nomeadamente através do PRACE (Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado) e das novas leis orgânicas dos vários ministérios.

“Houve uma redução global de organismos e a criação de alguns, nos casos em que o Estado precisava de dar uma resposta mais eficiente”, disse, acrescentando: “Não estamos aqui para dar um corte cego na Administração Pública. Só fazendo a avaliação organismo a organismo é que se saberá se há pessoas a mais ou não”.

Sobre os recentes indicadores económicos, o dirigente socialista garantiu que, apesar do desemprego ter aumentado, em termos percentuais, 0,2 por cento no primeiro trimestre de 2006 em relação ao período homólogo do ano anterior, foram criados 32 mil novos postos de trabalho.

E sublinhou que quando o Governo entrou em funções a economia encontrava-se numa curva descendente, e “há meses que regista uma trajectória positiva, ainda que moderada”.

Alerta para o voto cada vez menos ideológico

COIMBRA

“OS ELEITORES votam cada vez menos nas ideologias e cada vez mais nas alternativas e propostas que podem melhorar a vida dos portugueses”. Esta a convicção do dirigente do PS Jorge Coelho manifestada no plenário de militantes da Federação de Coimbra.

“Podemos pensar” que, no plano ideológico, “fizemos uma grande obra”, mas se, no final da legislatura, a situação do país não se tiver alterado, “seremos julgados” e “temos o destino traçado”, disse.

Por outro lado, Jorge Coelho sublinhou que, “em boa hora, os socialistas apostaram numa liderança forte e moderna”, já que, hoje, Portugal precisa de “uma estratégia clara e frontal, de um rumo determinado e de um líder forte, sem medo de ataques”. E, na sua opinião, José Sócrates está a desempenhar esse papel e “o país vai entrar, finalmente, no bom caminho”.



Quanto à contestação a algumas políticas do Governo, com “manifestações por todo o lado”, o dirigente do PS considerou ser natural que muita gente “ao ver isto, pense que a coisa está complicada”.

Só que, sublinhou, o que a realidade tem mostrado é que “quanto maior é a contestação, mais aumentam as intenções de voto no PS e a popularidade do primeiro-ministro”.

Na sua intervenção, Jorge Coelho elogiou ainda as reformas levadas a cabo no ensino, sublinhando que a ministra Maria de Lurdes Rodrigues está “a fazer o que deve”.

Justiça e coesão social com recuperação económica

WISEU

O CAMINHO do PS no Governo é a recuperação económica e financeira e a prossecução de objectivos de justiça e coesão social, sublinhou Jorge Lacão no plenário de militantes de Viseu.

Salientando que as opções que o Executivo tem tomado para preservar o Estado social são “exigentes e rigorosas”, Jorge Lacão disse que a alternativa do PSD em matéria de Segurança Social passa pelo plafonamento e descontos individuais, ou seja, “reduzir as funções sociais ao mínimo de sobrevivência”.

Por outro lado, Jorge Lacão disse que o

Governo, numa lógica de esquerda, “está apostado na qualificação, educação e formação” dos portugueses, no âmbito de um novo modelo económico que faça de Portugal um país mais moderno e desenvolvido.

Na sua intervenção, o dirigente socialista procurou enquadrar a grave situação económico-financeira em que o país se encontrava quando o PS foi para o Governo, referindo que “se não tivéssemos de imediato tomado algumas medidas impopulares, o resultado seria o Governo ser cúmplice de uma situação inexorável, já que o défice se situava nos 6,8 por cento”.

Falar verdade aos portugueses

BRAGANÇA

O GOVERNO pauta a sua actuação por “uma política de verdade”, assumindo que “a situação é difícil”, afirmou o dirigente socialista Mário Lino no plenário de militantes de Bragança, realizado no auditório Paulo Quintela.

Segundo o ministro das Obras Públicas, o Executivo do PS tem um rumo e uma estratégia para o país, ao contrário dos outros partidos que não têm propostas alternativas. Aliás, adiantou, esta é “uma percepção que hoje existe” na sociedade portuguesa.

Mário Lino acrescentou ainda que existe no Governo a “obsessão de que falta fazer tudo” e de que “não há tempo suficiente para tudo”.

Perante os militantes de Bragança, referiu, por outro lado, que o conceito de “desertificação tem muito que se lhe diga”, já que, na sua opinião, o desenvolvimento será necessariamente feito em torno de cidades intermédias à escala portuguesa e não através das “aldeias, com os sinos a tocar na sua igreja”.

O dirigente socialista voltou ainda a reafirmar que a A4 funcionará até Bragança em regime de via sem custos para o utilizador.

A direita é o nosso principal adversário

SETÚBAL

“O NOSSO principal adversário é a direita. E o nosso projecto não pode ser confundido com o da direita”, afirmou o camarada Augusto Santos Silva no plenário de militantes da Federação de Setúbal, sublinhando que a linha de distinção entre esquerda e direita passa, sobretudo, pela questão do Estado social.

Entre as muitas “diferenças” entre estes dois campos ideológicos, o ministro dos Assuntos Parlamentares deu como exemplo a recente votação da lei da procriação medicamente assistida. “Ali se viu a fronteira entre a modernidade e o arcaísmo. O PSD continua dominado por uma posição retrógrada e reaccionária”, disse.

Na sua intervenção, Santos Silva também não poupou o PCP e o Bloco de Esquerda, que

classificou como partidos de “uma esquerda profundamente conservadora”.

Sobre o próximo Congresso do PS, o dirigente socialista disse que “deve haver uma afirmação do empenhamento de todo o partido no seu programa. Tudo o que sejam tricas ou intrigas não devem constar do cardápio” da reunião magna dos socialistas.

Por outro lado, Santos Silva pediu ainda aos militantes para estarem “concentrados” no programa do Governo e nas eleições de 2009, colocando “tudo o resto entre parêntesis”.

Sublinhando que não vê o PS como “uma força organizada de promoção do Governo”, alertou para a necessidade de o partido começar já hoje a preparar as “vitórias” nas eleições regionais dos Açores e da Madeira, nas autárquicas e nas legislativas.

Governo recuperou credibilidade do país

ÉVORA

A PRINCIPAL preocupação do Executivo, nestes primeiros 16 meses de actividade, passou pela “recuperação da credibilidade do país”, quer em termos internos, quer externos, tendo esse objectivo sido “plenamente alcançado”, afirmou o secretário nacional do PS António Vitorino, no plenário de militantes de Évora.

“Perante os portugueses, acabaram-se as trapalhadas e as confusões e, neste momento, o Governo de Portugal tem um rumo”, disse, acrescentando que “competitividade, inovação e qualificação” têm sido áreas prioritárias da agenda de modernização levada a cabo pelo Executivo.

“O objectivo de mudar o padrão de especialização produtiva da economia é fundamental para termos um país moderno, competitivo, que inova e que se baseia na qualidade dos seus trabalhadores e quadros

técnicos”, salientou.

Vitorino dedicou grande parte da sua intervenção à reforma da Segurança Social pública, um problema “sério e que não pode ser adiado”, apesar das críticas dos partidos da esquerda e da direita.

“Somos muito criticados pela esquerda, mas nada propõem e só apresentam imobilismo porque, quando um dia se descobrir que o sistema público não tem condições para pagar as pensões de reforma, alguém há-de tomar conta disto. Nós não vivemos nessa ilusão e queremos tomar conta disso já”, disse.

Quanto à direita, denunciou, a sua “agenda” passa por “canalizar as pessoas para os sistemas privados”. Ao contrário, sublinhou, as políticas do Governo do PS visam “garantir que o princípio básico da solidariedade entre gerações subsiste, graças à existência e modernização de um sistema público de Segurança Social”.

Coragem e oportunidade das decisões

FARO

“CORAGEM, espírito de corpo e tratar todos por igual” são as marcas do actual Governo, afirmou o camarada Ascenso Simões num plenário de militantes em Faro.

Na sua intervenção, em que fez um balanço da acção do Executivo de José Sócrates, o dirigente socialista e secretário de Estado da Administração Interna disse que foi assumido “com coragem as decisões que têm de ser tomadas em tempo oportuno. Não se via muito isso no passado”.

E sublinhou: “Não devemos estar na governação na perspectiva da reeleição. E ninguém neste Governo está nessa perspectiva”.

Quanto ao “espírito de corpo”, recordou que nos anteriores governos de direita havia “guerras entre ministros, entre secretários de Estado e ministros e às vezes guerras entre ministros e entre o primeiro-ministro e mi-

nistros, na Comunicação Social”.

Agora, frisou, “apesar das tentativas várias da Comunicação Social, aquilo que se verifica é que as decisões do primeiro-ministro são tomadas no momento próprio e sem se discutir previamente na praça pública. E quanto mais se reivindicarem remodelações, menos elas existirão”.

Ascenso Simões falou ainda, em tom irónico, das medidas “duras” para os “muitos presidentes de comissões e comissões de acompanhamento e directores-gerais que viram os seus lugares, os seus motoristas, os seus carros pretos desaparecerem nesta reforma” da Administração Pública.

Por outro lado, num registo partidário, o dirigente socialista afirmou que no próximo Congresso não haverá discussão de liderança, nem ideológica, sustentando que o fundamental é o PS “captar cada vez mais novas ideias”.

PS está no bom caminho

BAIXO ALENTEJO

O PS está a cumprir o seu programa com “determinação, persistência, enfrentando lóbis e corporações”, afirmou o camarada Miranda Calha, sublinhando que, por isso, o nosso partido “está no bom caminho”.

Ao intervir no plenário de militantes do Baixo Alentejo, o secretário nacional para as Autarquias falou dos principais eixos da acção governativa, que têm como objectivo central a consolidação das contas públicas e a promoção do crescimento sustentado da economia, de forma a colocar “Portugal em patamares diferentes de desenvolvimento”.

Na sua intervenção, Miranda Calha

passou em revista a agenda reformista e de modernização do Governo, nomeadamente as medidas tomadas na educação, saúde e segurança social, que considerou fundamentais para preservar o Estado social.

Por outro lado, o dirigente socialista criticou duramente a falta de propostas das diversas oposições, sublinhando que à esquerda o PCP e o Bloco de Esquerda comportam-se como “verdadeiras forças conservadoras”, enquanto à direita, PSD e CDS/PP “limitam-se a fazer críticas, sem apresentarem ideias”. Situação que assume particular gravidade no maior partido da oposição, o PSD, “em que se assiste a um vazio, à ausência de ideias”.



Ota e TGV são necessidade urgente

LEIRIA

OS PROJECTOS de construção do aeroporto da Ota e do comboio de alta velocidade TGV ocuparam grande parte da intervenção da dirigente do PS Ana Paula Vitorino no plenário de militantes da Federação de Leiria, onde reafirmou a “urgente necessidade de concretização” destas duas infra-estruturas fundamentais para a modernização do país.

No que respeita à Ota, a secretária de Estado dos Transportes referiu que o início da construção desta obra vai ser antecipado para 2009, dada a urgente necessidade de realização desta infra-estrutura.

Quanto ao TGV, Ana Paula Vitorino referiu a necessidade de se avançar com este projecto, dando conta da rentabilidade eco-



nómica e financeira do projecto de acordo com os estudos já efectuados.

A linha do Oeste foi também abordada pela dirigente socialista, tendo informado que os investimentos na linha vão continuar, apesar dos constrangimentos financeiros para intervir na rede ferroviária nacional.

Criar oportunidades para todos

PORTALEGRE

PORTUGAL tem agora “um rumo, uma agenda reformista e de mudança”, afirmou a dirigente do PS Idália Moniz, no plenário de militantes de Portalegre, em que passou em revista algumas das principais medidas tomadas pelo Governo nas mais diversas áreas.

Segundo a secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação, a agenda de mudança e reformista é inspirada em três valores, o primeiro dos quais “é que as reformas não se dirigem apenas à conjuntura, mas também à estrutura, não se destinam apenas ao momento presente mas também a preparar o futuro”.

O segundo valor, explicou, é que esta agenda de reformas “é dominada pelo sentido da justiça e da equidade, fazendo prevalecer o

interesse geral sobre qualquer interesse particular ou corporativo, por mais poderoso que seja”.

Já o terceiro valor que inspira a agenda de mudança do Executivo socialista, segundo Idália Moniz, “é que a principal responsabilidade do Estado é criar oportunidades para todos. Não é substituir-se à responsabilidade individual. É dar oportunidades para que todos possam realizar o seu potencial”.

Na sua intervenção, Idália Moniz fez também questão de sublinhar que se houve área de governação em que “mais se avançou” da qual mais se orgulha foi, sem dúvida, “em matéria de reforço da equidade e da sustentabilidade na protecção social”.

O Governo, salientou, “não hesitou em agir para garantir a sobrevivência do nosso modelo social”.

Qualificar os recursos humanos

SANTARÉM

AS REFORMAS que o Governo está a realizar em áreas como a educação, saúde e segurança social são “corajosas, necessárias e essenciais”, disse Edite Estrela no plenário de militantes de Santarém, defendendo que as verbas do próximo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) devem ser prioritariamente canalizadas para a qualificação dos recursos humanos.

E congratulou-se com o facto de o Governo anunciar a intenção de destinar “uma fatia importante” dos fundos comunitários para a qualificação dos portugueses.

Na sua intervenção, a dirigente do PS

referiu ainda que o Plano Tecnológico e a modernização da Administração Pública, duas marcas deste Governo, “correspondem aos objectivos traçados na Estratégia de Lisboa”.

E sublinhou que um país periférico como Portugal, neste mundo globalizado, “não pode continuar a tentar competir” com países como a China na base da mão-de-obra barata, devendo mudar o seu paradigma de desenvolvimento, ou seja, apostando na “qualidade dos produtos e recursos humanos, nas novas tecnologias, na inovação”.

Edite Estrela referiu-se ainda às “boas notícias” como a revisão alta do crescimento da nossa economia feita pelo Banco de Portugal e Eurostat.

Coerência ideológica e programática

VIANA DO CASTELO

Os socialistas no exercício do poder estão a ser coerentes com o plano ideológico e cumpridores com o programa que os portugueses aprovaram por maioria absoluta. Esta a mensagem deixada pelo secretário nacional das Relações Internacionais no plenário de militantes, realizado no Centro Cultural de Paredes de Coura, Viana do Castelo.

José Lello reafirmava assim o carácter necessário das medidas e das reformas implementadas pelo Governo liderado por José Sócrates, sublinhando que esse é o rumo para “desenvolver, modernizar e inovar no nosso país”.

“Estas medidas e estas reformas já vão dando resultados”, disse, vincando de seguida que os primeiros resultados começam a fazer-se notar e, favoravelmente, não derivam apenas de uma política virada para o controlo das contas públicas, mas também e sobretudo dão prova do empenhamento que houve e há em fomentar um crescimento económico sustentado, socialmente justo e com qualidade de vida.

Para o dirigente do PS, os plenários de militantes que se realizaram de Norte a Sul de Portugal constituem momentos de debate importantíssimos e espaços propícios a sintetizar reflexões neste período que precede as férias.

Evolução positiva nas contas públicas e no crescimento económico

CASTELO BRANCO

A ligação entre Castelo Branco e Monfortinho, em Idanha-a-Nova, ou seja o IC31, “não está esquecida” e o projecto “está a seguir os seus trâmites normais”. A garantia foi dada pelo dirigente socialista e ministro das Obras Públicas, Mário Lino, no plenário de militantes de Castelo Branco, onde destacou a importância das acessibilidades rodo e ferroviárias no desenvolvimento do país.

Numa intervenção em que reafirmou que a Ota e o TGV são duas infra-estruturas fundamentais para a modernização do país, Mário Lino passou em revista as políticas que têm vindo a ser seguidas pelo Governo ao longo destes primeiros 16 meses, tendo salientado a evolução positiva verificada ao



nível das contas públicas e do crescimento económico.

No entanto, alertou, muito há ainda a fazer, pelo que defendeu a continuação da agenda reformista do Executivo, com vista à consolidação das contas públicas, à recuperação económica e à modernização da Administração Pública.

Reorganizar o Estado e modernizar o país

BRAGA

PARA o PS o “interesse geral do país estará sempre acima dos interesses particulares ou de grupo”, frisou Vieira da Silva num plenário de militantes de Braga, em que lembrou algumas das metas fundamentais para o actual Governo, como a modernização do país, a reorganização do Estado colocando-o ao serviço do desenvolvimento do país e a preservação do Estado social.

No que respeita à modernização da economia, o dirigente do PS falou de algumas medidas do Executivo, como a desburocratização dos serviços do Estado, a facilitação de constituição de empresas e a criação de um ambiente propício ao investimento nacional e estrangeiro.

Vieira da Silva realçou ainda a importância

do Estado social. “É necessário que o Estado social seja mais eficaz e sustentável. Mais eficaz, ao fazer chegar a sua acção a quem mais precisa, e mais sustentável para que o futuro das funções sociais estejam garantidas, no que é uma grande responsabilidade do PS”, disse.

E salientou a relevância do acordo alcançado em sede de concertação social relativamente à reforma da Segurança Social.

Na sua intervenção, Vieira da Silva deixou um sinal de esperança para o futuro, desde logo na aposta que é necessário fazer na qualificação dos recursos humanos, adiantando que o próximo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) “terá uma atenção muito particular quanto à educação e formação dos jovens e dos activos e esse tem de ser uma aposta nacional”.

Congresso deve ser momento de reafirmação

VILA REAL

Perante uma vasta plateia de militantes de Vila Real, o porta-voz do PS e secretário nacional Vitalino Canas disse que a reunião magna do partido, que se realizará até ao final deste ano, deve ser um momento de reforço do apoio das bases ao Executivo de José Sócrates e de reafirmação clara da vontade política de executar o programa eleitoral sufragado e o Programa de Governo.

Para o dirigente do PS, o Congresso socialista tem de corresponder às expectativas dos portugueses em geral e abrir-se ao exterior, evitando a todo o custo transforma-se num ajuste de contas de mercearia, como aconteceu com o a reunião do PSD.

Na sua intervenção, Vitalino Canas destacou igualmente os desafios que se perfilam no horizonte, quer para Portugal, quer para a

Europa e apontou as dificuldades dos governos em geral em tomar medidas corajosas.

Neste sentido, saudou “o impulso reformista” do Executivo de Sócrates nos vários sectores da actividade governativa, salientando que as reformas em curso “terão sucesso a longo prazo”, apontando porém para algumas mudanças que começam a ser perceptíveis e que já geraram algum impacto na situação económico-financeira nacional.

No plenário de militantes, que decorreu numa unidade hoteleira vila-realense, Vitalino Canas, ainda sobre este aspecto, fez questão de referir a revisão em alta do crescimento do nosso país, feita recentemente pelo Banco de Portugal, frisando que esta fica a dever-se essencialmente a variações positivas nas exportações, como fora previsto e anunciado pelos governantes socialistas desde o começo do seu exercício do poder.

“O PS não se esgota no Governo”



A agenda reformista com que o Governo está a fazer frente à situação em que encontrou o país é alvo de uma apreciação positiva dos cidadãos, afirma Marcos Perestrello, lembrando que se há património de que o PS se pode orgulhar é o de ter tido sempre a responsabilidade de governar o país nos momentos difíceis e decisivos.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o secretário nacional para a Organização classifica como “um sucesso” os recentes plenários de militantes realizados em todo o país, sublinhando que o PS é o único partido capaz de “discutir livre e publicamente” a sua acção, as suas escolhas e as suas opções políticas.

Em linhas gerais, o que caracterizou este ano de Governo do PS?

O Partido Socialista ganhou as eleições legislativas depois de três anos de um governo de direita que deixou o país numa gravíssima crise orçamental, económica, social e política. O auge dessa crise, embora não pareça, ocorreu, há apenas um ano, assumiu contornos de uma séria crise institucional que afectava já o prestígio e regular funcionamento das instituições democráticas.

Acresce que o ano que passou foi um ano de grande intensidade política nos planos eleitoral, partidário, parlamentar e governativo - imediatamente após as eleições legislativas houve eleições autárquicas e presidenciais. Ainda assim, foi um ano em que o Governo e a maioria tiveram um ímpeto reformista muito visível, capaz de responder à situação difícil em o país se encontrava. Foi necessário agir ao nível orçamental, económico e social, bem como repor o prestígio do Estado e das instituições democráticas. O PS está a fazer frente à situação em que encontrou o país com uma agenda reformista de grande ambição e alcance, no sentido de melhorar a produtividade e competitividade da nossa economia, promover a modernização tecnológica e de qualificar os portugueses. Tudo com vista a preparar o país para os novos desafios da globalização e afirmar Portugal no tão exigente mundo do século XXI.

Os cidadãos compreendem a acção do Governo e do PS?

A intensidade e o ritmo reformista da acção do Governo, executada, sem demora, sempre com grande rigor e profundidade, quer no plano governamental quer no plano parlamentar, é alvo de uma apreciação positiva dos cidadãos, como aliás demonstram todas as sondagens sobre a intenção de voto e a popularidade do Governo e do primeiro-ministro, bem como os estudos de opinião relativos à avaliação das políticas do governo e de cada uma das medidas concretas mais significativas.

As pessoas têm consciência da

situação do país e de que se nada, por exemplo, fosse feito, a segurança social entraria em ruptura dentro de poucos anos. Por isso aceitam responder com convicção e empenhamento ao esforço que lhes é pedido. Face à gravidade da situação, os cidadãos estão dispostos a fazer sacrifícios se sentirem que estes são distribuídos com equidade e que o governo está a salvaguardar o essencial do estado social. Ora, o Governo do PS está a implementar as políticas que há muitos anos todos os responsáveis políticos tinham consciência ser necessárias mas nenhum tinha tido a coragem de adoptar porque mexem com muitos interesses instalados e corporativos na sociedade portuguesa.

Julgo que os cidadãos concordam que o Governo tem agido com coragem e sentido patriótico na moralização da vida pública. Reconhecem ainda a preocupação de repartir com justiça os esforços colectivos, de modo a promover uma maior coesão social, agindo sempre no sentido de proteger os mais desfavorecidos.

E o PS, compreendeu?

Se há património de que o PS se pode orgulhar é o de ter tido sempre a responsabilidade de governar o país nos momentos difíceis e decisivos. Foi assim depois do 25 de Abril na consolidação da democracia. Foi assim quando por duas vezes salvou o país da bancarrota e celebrou os acordos com o FMI. Foi assim quando levou Portugal a aderir à CEE. Foi assim quando criou condições para aderirmos ao euro. E vai ser assim com o saneamento das contas públicas, que permitirá voltar a pôr a economia do país a crescer mais, criando as condições para mantermos níveis aceitáveis de protecção social universal.

O PS sempre pôs os interesses do país acima de outros interesses, mas a verdade é que tudo isto teve de se fazer em pouco tempo, e daí a necessidade acrescida de criar mecanismos de diálogo permanente entre o governo, a direcção do partido e os militantes.

Por isso promovemos regular-

mente plenários de militantes, que procuram responder ao apelo do partido, que quer compreender e participar neste movimento reformista. E a prova do que estou a dizer é ser esta é a terceira vez que se fazem plenários de militantes, os quais se têm caracterizado por um grande sucesso.

Sucesso?

O mínimo que se pode dizer destes plenários de militantes é que foram um grande sucesso, caracte-

“Se há património de que o PS se pode orgulhar é o de ter tido sempre a responsabilidade de governar o país nos momentos difíceis e decisivos”

O PS é hoje um partido muito responsável e exigente, que não se esgota no Governo”

rizado por uma forte mobilização e uma empenhada participação.

Acompanhei vários plenários de militantes e tive relatos de muitos outros. Todos demonstraram que o PS tem uma grande vitalidade, está sintonizado com o fundamental da acção do Governo, e empenhado em contribuir para a estabilidade do país. Os militantes do PS continuam a estimular o Governo e os dirigentes a prosseguir esta linha de rigor e responsabilidade. O PS tem pela primeira vez a oportunidade e a responsabilidade de, com maioria absoluta, concretizar o programa político com que se apresentou a eleições. É essa a consciência da maioria dos militantes.

Mas nos plenários também há vozes críticas!

Repare que o PS dá o seu apoio empenhado, mas construtivamente crítico, ao governo, tendo também o dever de trazer para o debate a

voz da sociedade. O PS é um partido vivo, que tem os seus princípios e não há nada na acção do governo que não esteja de acordo com esses princípios e que não seja motivo de orgulho para os militantes do PS. Há militantes, porventura com uma visão sectorial, que até fazem perguntas incómodas que têm de ser respondidas. Essa é também uma tradição do PS, questionar tudo e debater tudo.

O PS é o maior partido português, onde estão representados todos os sectores da sociedade, e o que se nota no PS - e notou-se bem nos plenários que decorreram este mês - é uma grande exigência. O PS é hoje um partido muito responsável e exigente, que não se esgota no Governo.

O PS é também Partido aberto. É o único partido português capaz de discutir livre e publicamente a sua acção, as suas escolhas, as suas opções políticas. Que outro partido em Portugal seria capaz de estar no Governo, com uma agenda tão reformista e modernizadora como a do PS, e abrir-se à discussão, sem limites nem condições?

O que caracteriza a relação entre o Governo e a maioria parlamentar que o sustenta?

Coesão e convergência. É o que tem permitido concretizar aspectos centrais da agenda política do PS, como por exemplo a modernização da administração pública, a reforma da segurança social, o fim dos regimes especiais de protecção social ou a Lei da Paridade. No que respeita às competências do Parlamento, nada do que o governo e a maioria se propuseram fazer ficou por fazer. E, note-se, na maior parte dos casos com o apoio de outras forças políticas. É que o PS, apesar de ter maioria absoluta e ao contrário do que outros fizeram no passado, privilegia o debate e o entendimento parlamentares. A base política de apoio à maior parte das reformas ultrapassou a maioria do PS, tanto à esquerda como à direita.

Deve referir-se, aliás, que a valorização do papel institucional da Assembleia da República é uma preocupação central do Governo e do primeiro-ministro: não houve uma única reforma de fundo que não tivesse sido apresentada e discutida no Parlamento pelo primeiro-ministro.

Julga então que o governo mantém intacta a sua base social de apoio?

Ao apresentar-se às eleições legislativas, e apesar da forma inesperada como estas foram convocadas, o PS preocupou-se desde logo em abrir-se à sociedade através do movimento das Novas Fronteiras. Nas Novas Fronteiras, o PS aliou-se ao que de melhor há na sociedade portuguesa nos domínios da ciência, da cultura, das artes ou da economia e, periodicamente, presta contas da sua

acção às pessoas que através desse movimento se lhe associaram e nele depositaram confiança para governar o país e, por seu intermédio, aos sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa. Isto quer dizer que o Governo do PS tem prestado contas não só no Parlamento e no próprio PS, mas também a todos os cidadãos interessados.

Convém lembrar que Legislatura ainda agora começou, estamos a executar o nosso programa e os resultados já começam a aparecer. Estou convencido de que o governo do PS e o PS estão a consolidar a sua base de apoio social e político.

Oposição?

As pessoas não aceitam o pessimismo dos partidos da oposição nem a sua incapacidade para compreender a necessidade de reformas. A oposição vive centrada no imediatismo e no mediatismo: lê o jornal de manhã, escolhe o protesto do dia e cola-se a qualquer manifestação de descontentamento social ou corporativo.

Ao contrário do Governo, a oposição não tem rumo, o PSD não tem qualquer projecto alternativo de governo, só faz propostas vagas e não quantificadas. Tão vagas que ninguém se lembra de nenhuma - ou melhor, lembra-se de uma...

Do dia do cão....

Precisamente.

Podemos dizer que a acção dos partidos da oposição se caracteriza por ser demagógica e irresponsável. Tão depressa embarcam na contestação fácil como a seguir procuram dar um ar sério defendendo que é necessário apertar mais nas reformas, reduzindo ao mínimo a responsabilidade do Estado na segurança social, na saúde e na educação.

Em particular o maior partido da oposição tem problemas internos muito sérios que afectam a sua credibilidade. Basta ver o que dizem de Marques Mendes os seus companheiros de partido, como aconteceu recentemente com António Borges. Na verdade, não se vislumbra qualquer estratégia no PSD sobre qual deve ser o seu papel na oposição e muito menos sobre o que deveria ser no governo.

Referiu há pouco que é tradição do PS questionar tudo e debater tudo. Então como vai ser o próximo congresso?

O próximo congresso vai realizar-se durante o mês de Novembro e vai ser certamente um grande congresso, ao qual o secretário-geral chegará já eleito pelo voto directo dos militantes para mais um mandato de dois anos à frente do partido e que decorrerá, certamente, de acordo com a melhor tradição do PS, num ambiente de grande abertura onde se poderá, precisamente, questionar tudo e debater tudo.

O salto para a literacia está no 12º concluído por todos os jovens

MODERNIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

A conclusão do ensino secundário como referencial mínimo educativo para toda a população portuguesa é a grande ambição do Governo para a educação. Esta a ideia central transmitida pela ministra Maria de Lurdes Rodrigues, no encontro-debate com militantes socialistas do distrito de Setúbal, promovido, no Barreiro, pela Federação liderada pelo camarada Vítor Ramalho.

MARY RODRIGUES



PEDRO SILVA/PS

NUMA explicação sistematizada do estado em que se encontra o sistema educativo nacional e das consequentes decisões que o diagnóstico feito impôs como urgentes e necessárias, Maria de Lurdes Rodrigues declarou que a ambição da equipa da 5 de Outubro é que todos os portugueses concluam o 12º ano de escolaridade, uma meta que “parece difícil”, mas que também é “possível e necessária”.

Determinação, iniciativa, energia e medidas concretas de reorganização e requalificação são as armas com que o Ministério da Educação está a travar em prol da modernização e qualificação do ensino público.

Perante um salão totalmente lotado, no Barreiro, a ministra considerou que os obstáculos que se perfilam para o objectivo proposto não residem, como no passado, na ausência de meios.

“Actualmente, o nosso país conta com um número suficiente de escolas e professores, pelo que são outros, na actualidade, os entraves a que devemos fazer face”, frisou, acrescentando que os problemas reais do sistema prendem-se sobretudo com os historicamente baixos níveis de qualificação dos portugueses e com uma certa ineficiência funcional das escolas, particularmente ao nível do

secundário, facto que se tem reflectido no aumento do abandono e insucesso escolares.

Assim, havendo meios para atingir os fins, é preciso que estes sejam usados racionalmente de forma a serem eficientes.

Neste sentido, Maria de Lurdes Rodrigues explicou que a política de educação assenta em quatro eixos fundamentais.

O primeiro prende-se com a diversificação da oferta educativa no secundário e com multiplicação de novas oportunidades de formação para jovens e seniores no activo, transformando assim a filosofia de base do

dos estatutos da carreira docente e da autonomia das escolas em curso e das aulas de substituição e ocupação plena dos tempos escolares.

“É uma melhoria dos estabelecimentos de ensino enquanto instituições o que se procura com isto”, assegurou Maria de Lurdes Rodrigues, para depois adiantar que no início de 2007 estará pronto o Programa de Modernização das Escolas Secundárias.

Debruçando-se, de seguida, sobre os problemas do 1º ciclo do ensino básico, a governante advogou a necessidade de se conseguir uma integração harmoniosa e eficiente entre

antigo ensino recorrente.

Também algumas medidas encaminhadas para melhorar a eficiência funcional das escolas foram referenciadas pela titular da Educação, para quem é de aproveitar no seu máximo os instrumentos criados no âmbito deste eixo de acção, como é o caso das revisões

este nível e os restantes, quer ao nível do espaço físico (redes de centros escolares) quer ao nível da qualificação uniforme do corpo docente e, mais ainda, do seu funcionamento como um todo.

O polémico alargamento do horário escolar foi também apresentado como medida necessária por Maria de Lurdes Rodrigues, para quem esta opção permitirá transferir actividades de enriquecimento do trabalho curricular, actividades recreativas, desportivas, culturais que são complementares de um sistema de ensino qualificado e moderno, como o que se quer para Portugal.

O quarto eixo, segundo a ministra, passa pelo desenvolvimento de uma cultura de avaliação generalizada, isto é, que abranja o sistema nos seus diversos componentes (escolas, programas curriculares, docentes, alunos e manuais), com práticas regulares, de forma a atingir ganhos cada vez maiores de eficiência.

Também neste encontro-debate moderado pelo presidente da Federação do PS-Setúbal, Vítor Ramalho, que contou também com a presença de vários membros do Executivo, entre os quais Eduardo Cabrita, secretário de Estado adjunto e da Administração Local, bem como dirigentes socialistas concelhios de quem foi anfitrião o presidente da Associação de Bombeiros Voluntários do Barreiro que sublinhou a enorme honra de receber tão importante evento.

Exames do 12º Ano sujeitos a avaliação exaustiva

O PARTIDO Socialista responsabilizou o anterior Governo PSD/CDS-PP pela presente polémica em torno dos exames nacionais, apontando a reforma curricular introduzida em 2004, como a principal responsável pelos maus resultados alcançados pelos alunos em algumas provas, nomeadamente em química e física.

Para a deputada socialista Manuela de Melo, os resultados que agora se verificaram, “mostram a irresponsabilidade da decisão que o anterior Governo tomou”, sublinhando ainda que o facto de terem coexistido exames relativos a programas antigos, o que se verificou em 16 disciplinas, “colocou os estudantes em condições de desigualdade”.

Ainda na opinião de Manuela de Melo, o facto de o Ministério da Educação (ME) ter criado na primeira fase exames que tiveram por base os novos programas de química e física, não foi mais do que uma excepção aberta aos estudantes de modo a permitir-lhes repetir as provas e assim poderem concorrer com a melhor das notas obtidas à primeira fase de acesso ao ensino superior, na qual, como recordou, “há vagas disponíveis”, tratando-se



pois de uma solução encontrada para “minorar as consequências de uma decisão tomada por um ministro do anterior Governo do PSD”.

As declarações da deputada socialista foram proferidas no âmbito do debate de urgência sobre educação a propósito da repetição dos exames de física de química do 12º ano.

Também o deputado do PS, Bravo Nico, interveio nesta sessão para acusar a oposição e o PSD em particular, de não ter apresentado qualquer solução para minorar as respectivas consequências que afectaram cerca de 30 mil alunos e suas famílias, “tendo-se limitado a criticar o Governo

por este ter decidido, responsabilmente, resolver o problema”.

De acordo com o deputado Bravo Nico, e lembrando todo o processo, após a saída dos resultados da primeira chamada dos exames do 12º ano, e perante a evidência dos anormalmente baixos resultados verificados nas disciplinas de física e química, o Governo do PS, “optando como sempre, pelos valores da transparência, da justiça e da igualdade de oportunidades”, assumiu, clara e adequadamente, que havia uma situação de evidente desigualdade e que por isso se “tornava necessário encontrar uma solução para atenuar as respectivas consequências”.

Mitigar as desigualdades e as desvantagens

Já a ministra da Educação reiterou a inexistência, “no geral”, de erros nas provas do ensino secundário, afastando assim a possibilidade de serem apuradas responsabilidades nos serviços da tutela.

Como referiu Maria de Lurdes Rodrigues, está posta de parte a eventual possibilidade de se abrir um inquérito a toda esta situação, uma

vez que, como defendeu, “os exames, no geral, correram bem”, afastando igualmente a hipótese de proceder a qualquer inquérito, até porque o Gabinete de Avaliação Educacional do ME nunca reconheceu a existência das falhas”, admitindo contudo e apenas, e só no caso das disciplinas de química e física, a possibilidade de ter havido “uma apropriação insuficiente do novo programa por parte de professores, alunos e manuais”.

Em relação à repetição dos exames de química e física, disciplinas enquadradas nos novos programas, Maria de Lurdes Rodrigues afirmou neste debate de urgência sobre educação que a repetição se justificou, por um lado, com o objectivo de “mitigar as desigualdades a que os alunos estavam sujeitos”, e, por outro lado, e concomitantemente, porque “havia uma situação de desvantagem em relação aos alunos do programa antigo”, tendo estes disposto de maior treino e preparação, já que os novos programas, como referiu, “foram só este ano testados pela primeira vez”.

Recordar-se que um despacho do secretário de Estado da Educação, Valter Lemos, emitido dias antes deste debate de urgência no Parla-

mento, determinou que os alunos que viessem a concorrer nas provas da segunda fase, pudessem à mesma integrar-se na primeira fase de acesso ao ensino superior, na qual, como assumiu, “há mais vagas disponíveis”, e isto, como adiantou por seu lado a titular da pasta da Educação, apesar de “beneficiarem de uma segunda oportunidade nos exames, passando a contar a melhor das notas obtidas para a candidatura à universidade”.

A justificação para esta excepção, defendeu ainda Maria de Lurdes Rodrigues, deve-se ao facto de os alunos terem alcançado nas duas provas um “valor médio relativamente baixo e muito inferior ao verificado no ano passado”, médias que, recorde-se, rondaram este ano os 6,9 valores a química e 7,7 a física, e ainda por se tratar de exames do 12º ano que foram efectuados tendo por base os novos programas que só agora foram testados.

A ministra da Educação garantiu, por outro lado, que será desenvolvida “uma análise e uma avaliação exaustiva do que se passou”, circunstância que terá lugar logo nos primeiros dias do próximo mês de Setembro.

R.S.A.

Socialistas da Póvoa lançam espaço de discussão sobre saúde



DISCUTIR “problemas sérios” que possam pôr em causa a saúde pública é o objectivo central do recém-criado “Grupo de Reflexão para a Saúde” (GSR), uma iniciativa dos socialistas da Póvoa de Varzim.

Para o presidente do PS local, a criação deste grupo está mais do que justificada “quando 20 por cento dos inscritos no nosso Centro de Saúde não têm médico de família, quando há pessoas a partilhar espaços nas suas casas com ratos e quando uma das praias mais frequentadas, a da Lagoa, apresentam a água do mar cheia de espuma castanha.

Assim, a ideia do lançamento do GRS, segundo Renato Matos, líder concelhio do PS, teve por base a urgente necessidade de se fomentar “um fórum” aberto a militantes socialistas e a independentes no qual fosse possível debater todas as componentes da saúde, nomeadamente a enumeração das carências locais e a abordagem da forma como os problemas podem ser ultrapassados.

Garantindo que o PS-Póvoa, enquanto força de oposição, não deixará que o concelho fique “adormecido”, o líder da Concelhia socialista alertou para o facto de “raramente as questões de saúde seres discutidas a nível local e sublinhou a necessidade de se dar a devida atenção, nesta matéria, ao ponto de vista do utente.

Entretanto, a primeira edição do jornal do Partido Socialista da Póvoa de Varzim – “Póvoa à esquerda da indiferença” – já pode ser consultado pelos militantes, num primeiro número que assume um carácter mais “opinativo”.

O periódico, segundo a Comissão Política Concelhia do PS, visa ser um espaço “essencialmente informativo”, mas “sem nunca abandonar o cariz ideológico”, de forma a suscitar a reflexão crítica e a discussão em quem o recebe e lê.

Está também acessível já a página de Internet do PS-Póvoa no endereço www.pspovoa.eu. M.R.

As reformas não podem parar nem esperar

UNIVERSIDADE DE VERÃO NO PORTO

Convictos de que o Governo vai no rumo certo, dirigentes, autarcas e militantes do PS manifestaram-se prontos e disponíveis para acompanhar e apoiar as medidas implementadas pela equipa liderada por José Sócrates.

O PARTIDO Socialista tem de travar um forte combate político contra “o imobilismo e o corporativismo” da oposição da esquerda e da direita. Esta foi a mensagem central deixada por Alberto Martins, líder da bancada parlamentar do PS, em Baião, na sessão de encerramento da Universidade de Verão do PS/Porto.

Para Alberto Martins, impõe-se que o nosso partido faça um “acompanhamento” próximo das medidas governamentais, defendendo que o Executivo socialista tem seguido “um caminho correcto” para fazer face à “complicada” situação económica que Portugal atravessa.

Considerando que a política dos partidos de esquerda é “estar contra tudo o que é do Governo e a favor de tudo que é contra o Governo”, Alberto Martins dirigiu também certas críticas à direita, ao acusar o PSD e o CDS-PP de se colocarem, de uma “forma inovadora, na defesa de interesses corporativos” e agirem de “forma imobilista”.

“Estão a actuar na tentativa do desmantelamento do Estado social e a defender um Estado minimalista”, denunciou o líder da bancada do PS, para quem “é fundamental travar estes dois combates” pela democracia portuguesa

“Lutar e reformar são uma exigência do país, de forma a combater os défices estruturais”, disse, acrescentando que “Portugal não pode parar nem pode esperar”.

“O lento desenvolvimento não é



compatível com a economia globalizada que hoje temos no mundo”, alertou, observando ainda que num país a “duas velocidades” [litoral e interior], a “ideia de uma equidade territorial é vital para o desenvolvimento”.

Descentralizar, atribuir maiores competências às autarquias e conseguir “um desenvolvimento menos polarizado no interior” são medidas que Alberto Martins advogou.

Esta ideia mereceu o consenso do eurodeputado do PS Francisco Assis, que na sua intervenção elogiou igualmente a iniciativa da Federação do Porto, afirmando que “o debate profundo das políticas é essencial” para o nosso partido.

“A pior coisa que poderia acontecer ao PS era que o nosso debate se transformasse num debate de slogans e de mitos”, afirmou o também vereador do PS na Câmara do Porto, para quem o essencial para se ser um bom autarca e um bom responsável político é “ter ideias e vontade de mudar um bocadinho a realidade”.

Economia nacional recuperou perdas de 2002

Por sua vez, o ministro da Economia, Manuel Pinho, ao intervir na abertura da referida Universidade de Verão do PS, assegurou que a economia portuguesa “já recuperou a perda

de 15 por cento que tinha sofrido entre 2002 e 2005”.

Depois de frisar que o investimento recuperou os índices de 2002, o governante afirmou que o encerramento da fábrica de automóveis da Azambuja acabará por ser atenuado pelos grandes investimentos previstos nos sectores do turismo (da Unicer, em Vidago), do móvel (IKEA), da floresta de papel (em Setúbal e na Figueira da Foz) e da petroquímica, em Estarreja, e ainda da logística e da energia.

“Há claramente sinais de que o investimento está a recuperar”, assegurou, apontando para o facto de Portugal ter recuperado já os 15 por cento de baixa “em termos reais” que tinha sofrido nos últimos anos.

Após descrever como “muito positiva” a diversificação dos sectores de investimento e a sua dispersão regional – medidas que contribuem para o desenvolvimento do interior – Manuel Pinho observou ainda, perante a plateia de quadros e autarcas do PS, que “alguma coisa se passou para os empresários sentirem que agora se pode investir no nosso país e não o terem feito no passado”.

Na sua mensagem aos militantes, o ministro garantiu ainda que daqui a três anos, quando o PS for de novo a eleições, os socialistas poderão descrever com orgulho a nova situação da economia portuguesa.

“Daqui a três anos a nossa economia estará em primeiro ou segundo lugar em termos europeus na floresta de papel e no móvel, seremos o quinto ou sexto na petroquímica e o nosso turismo e sector hoteleiro, com os investimentos anunciados para o litoral alentejano e para a bacia do Alqueva, poderá atingir o quinto ou sexto posto na Europa”, afirmou.

“Será bem mais fácil explicar aos eleitores como era e como passou a ser a economia portuguesa”, concluiu.

Além de Manuel Pinho, também António Costa, ministro de Estado e da Administração Interna participou no primeiro dia da Universidade de Verão do PS/Porto. Nunes Correia, ministro do Ambiente, falou, no dia seguinte, sobre políticas públicas para a competitividade territorial do interior de Portugal. M.R.

CONCLUSÕES DA UNIVERSIDADE DE VERÃO NO PORTO

Os socialistas da Federação do Porto, por ocasião da Universidade de Verão, realizada em Baião, aprovaram as seguintes orientações:

- 1** Apostar, em articulação com os autarcas do interior do distrito e com o Governo, em prosseguir a defesa da política de rigor
- 2** Fomentar a atracção de investimento produtivo e gerador de novas valências e postos de trabalho qualificado para a região
- 3** Avançar com a qualificação dos recursos humanos
- 4** Reforçar da descentralização/desconcentração dos serviços da administração pública M.R.

Empresa de manutenção de equipamento ferroviário é “estratégica” para a região Norte

OS DEPUTADOS socialistas eleitos pelo Porto consideraram no passado dia 24 a Empresa de Manutenção do Equipamento Ferroviário (EMEF) “estratégica” para o Porto e região Norte.

“É objectivo dos deputados do PS eleitos pelo Porto garantir que esta oficina se desenvolva na especialização da manutenção do metro do Porto”, disse o parlamentar socialista Renato Sampaio.

Após uma demorada visita à EMEF, o deputado, que também



lidera a Federação do PS/Porto, afirmou que a empresa tem excelentes instalações e muita “massa crítica”.

E adiantou que o PS vai “sensibilizar o poder político” para que a EMEF fique responsável pela manutenção do material circulante da Metro do Porto, SA.

A empresa dá já assistência às unidades circulantes da Metro do Porto, bem como à CP, sendo que os socialistas desejam a continuação desta tarefa, após o termo do actual contrato, em 2009.

Sócrates debate com a direcção da ANA-PS estratégia autárquica do partido

A DIRECÇÃO da Associação Nacional dos Autarcas do Partido Socialista (ANA-PS), liderada pelo camarada Rui Solheiro, presidente da Câmara Municipal de Melgaço, reuniu com o secretário-geral e primeiro-ministro, José Sócrates, com o secretário nacional para as Autarquias, Miranda Calha, com o dirigente nacional e ministro da Administração Interna, António Costa, e com o responsável governamental pelo Poder Local e dirigente do PS, Eduardo Cabrita.

O encontro serviu para aprofundar e debater alguns temas essenciais que envolvem o presente e o futuro da agenda autárquica, como a saúde, a educação ou a acção social que passarão, em breve, a ter uma gestão mais próxima do poder local.

Um dos assuntos debatidos respeita à criação de um fundo social municipal, fundo esse que pretende constituir uma resposta por parte dos municípios a uma eventual quebra momentânea de transferências da Administração Central, dotando assim as câmaras municipais de um fundo disponível por forma a acudir eventuais percalços.

Outro tema que mereceu particular atenção e uma especial convergência de pontos de vista por parte dos participantes



deste encontro, entre a direcção da ANA-PS com os dirigentes nacionais do Partido Socialista, prende-se com a necessidade de se encontrarem mecanismos sólidos capaz de proporcionarem, de forma sustentada, uma autêntica e eficaz autonomia ao quotidiano da gestão dos municípios, cenário que só se poderá alcançar, afirmaram, se forem encontrados os caminhos

para uma verdadeira e prolongada descentralização.

O encontro serviu ainda para preparar e acertar a estratégia autárquica dos eleitos socialistas em futuras reuniões no âmbito da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), tendo ainda sido decidido que a direcção da ANA-PS se encarregará da preparação de um conjunto de encontros a realizar

a nível local e regional com os diversos eleitos autárquicos socialistas, encontros esses que terão lugar ao longo de todo o país.

Para Rui Solheiro, autarca e presidente da ANA-PS, o encontro revestiu-se de uma extrema pertinência, sobretudo, como referiu, porque veio proporcionar que se tivessem encontrado novos consensos e uma renovada abordagem

da problemática autárquica, preparando uma estimulante relação entre os autarcas socialistas e a direcção do partido tendo em vista futuras batalhas eleitorais.

Para Rui Solheiro, este encontro assinalou ainda a abertura de um canal de ligação ao mais alto nível entre a direcção dos autarcas socialistas e o secretário-geral do PS.

R.S.A.

Câmara de Santo Tirso promove formação para desempregados

A CÂMARA Municipal de Santo Tirso, o Citeve (Centro Tecnológico das Industrias Têxtil e do Vestuário de Portugal) e a Microsoft Portugal assinaram um protocolo de colaboração para promover um projecto de formação profissional denominado TII – Tecnologia, Inovação e Iniciativa no concelho de Santo Tirso.

Ao Citeve e à Microsoft compete disponibilizar e efectuar a manutenção dos equipamentos informáticos e acompanhar a execução do projecto, enquanto que à edilidade fica reservado o papel de cedência das instalações, com mobiliário adequado à formação de 12 formandos e de um formador, para além de ser da sua responsabilidade igualmente a gestão e controlo das inscrições, disponibilizando o acesso à Internet em banda larga, dinamizar e divulgar o projecto e proceder à reprodução dos textos de apoio. Ao Citeve caberá igualmente a responsabilidade de comparticipação nas despesas, onde se inclui a remuneração dos formadores.

Este é o primeiro passo de um percurso que a Microsoft Europa



quis assumir, no sentido de apoiar o objectivo de combater o desemprego na União Europeia.

O público-alvo desta acção é a população desempregada da indústria têxtil e do vestuário.

A primeira acção de formação começou no passado dia 19 de Junho, e contou com a presença de 12 formandos e uma monitora.

Os formandos com aproveitamento obterão o diploma de competências elementares em Informática.

O plano de formação oferecido, que assenta num modelo especialmente concebido para o efeito pela Microsoft, denominado UP (Unlimited Potential), visa a aquisição de competências básicas ao nível das tecnologias de informação e comunicação, permitindo, deste modo, contribuir para a adaptação às novas ocupações ou melhorar a capacidade dos formandos para abraçar desafios no domínio do empreendedorismo com vista à criação do próprio emprego.

Internet sem fios

Dando continuidade à política de modernização dos seus serviços, a Câmara de Santo Tirso decidiu instalar um Hotspot, ou seja, um local público, no caso, na Praça 25 de Abril, com acesso ao serviço da Internet sem fios.

Através desta iniciativa, a edilidade pretende dinamizar a área circundante ao edifício dos Paços do Concelho, proporcionando a todos os cibernautas a utilização do espaço central da cidade para a utilização gratuita e de forma controlada de acesso à Internet em banda larga.

Está assim aberta a possibilidade de todos os munícipes poderem consultar os seus e-mails, conversar no Messenger, aceder às aplicações das suas empresas, ou simplesmente poderem ligar-se ao mundo a alta velocidade.

De referir que a Câmara Municipal de Santo Tirso e em termos de tecnologias de informação, já disponibiliza a utilização da Internet na Biblioteca Municipal, na Central de Transportes e no Centro Cultural de Vila das Aves.

Ateliês de tempos livres mobilizam muitos jovens

A autarquia de Santo Tirso está a promover, uma vez mais, o programa Ocupação dos Tempos Livres (OTL), iniciativa que se vem repetindo com assinalável êxito desde há alguns anos. A acção deste ano vai prolongar-se até ao final do mês de Setembro e conta com a participação de cerca de mil jovens, o que triplica o número de participantes desde a criação do programa em 1999.

Numa altura do ano em que os incêndios florestais assumem uma particular gravidade, a participação destes jovens, integrados nos OTL, na vigilância e detecção de incêndios, constitui uma tarefa de extrema importância.

No programa deste ano, estão destacados para a vigilância e detecção de fogos florestais, quatrocentos jovens, colocados estrategicamente em vários pontos do concelho, sob a orientação de cerca de 14 monitores especializados e se+mpre sob a coordenação geral das três cooperações de bombeiros do município.

R.S.A.

Governo investe na qualifi

ESTADO DA NAÇÃO

Até 2010 o Governo pretende que 650 mil jovens concluem o 12º ano com uma dupla certificação, escolar e profissional, e que um milhão de portugueses, já inseridos no mercado de trabalho, tenham uma nova oportunidade para aumentar as qualificações escolares e profissionais.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

PARA que este projecto possa avançar, José Sócrates garantiu que o Governo vai canalizar para o efeito, 37 por cento das verbas comunitárias do próximo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Em trinta anos de democracia, nenhum Governo em Portugal afectou tanto dinheiro à formação profissional e qualificação dos recursos humanos.

Seguindo à risca a tática de que a defesa é o melhor ataque, José Sócrates foi à Assembleia da República, para o discurso do estado da nação, lembrando que se há um balanço a fazer sobre a actuação do Governo e das suas políticas, há um outro, não menos importante, sobre o “estado em que se encontra a oposição”.

E sobre a oposição, sobretudo a oposição à direita, foi o que se viu. Constantes falsas partidas ao longo de toda a sessão legislativa e propostas sem o menor fundamento. Para a história fica a inefável proposta do dia nacional do cão, lições mal estudadas, falta de comparência a muitos jogos, em que o exemplo mais recente foi a não participação do PSD na discussão sobre a reforma da Segurança Social, em suma, o sistemático cruzar de braços e o trabalho de casa que ficou por fazer durante todos estes meses.

E se uma maior postura ofensiva, como regra, é traduzida em mais golos, o primeiro-ministro veio ao Parlamento arrecadar os três pontos da vitória sem contestação.

Desde logo ao anunciar que o Governo vai canalizar, já a partir do próximo ano, 37 por cento, contra os actuais 26,5 por cento, dos fundos comunitários, para a qualificação dos recursos humanos.

Isto porque o Governo português vai eleger esta área como uma das prioridades das políticas em Portugal para o período de vigência do próximo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que decorrerá entre 2007 e 2013.

Significa, como acentuou o primeiro-ministro, que nos próximos anos, as áreas da educação, da formação profissional e da ciência serão objecto de um investimento governamental superior em cerca de 1300 milhões de euros em relação

ao quadro comunitário anterior, passando de 4700 milhões de euros para perto de seis mil milhões de euros.

Ao estar a canalizar mais verbas para os recursos humanos e a qualificação profissional, num país que se debate neste capítulo com sérias dificuldades, Portugal entra em linha, como disse José Sócrates, “com os países mais desenvolvidos” e rompe com uma opção de décadas, canalizando para o sector, desta vez, um volume de investimentos que não tem paralelo com situações anteriores.

Mas outras áreas mereceram também especial destaque na intervenção do primeiro-ministro no debate sobre o estado da nação.

Foi o caso da situação das contas públicas, da modernização da economia, do desemprego e da presidência da União Europeia, que Portugal ocupará no segundo semestre do próximo ano.

A este propósito, e não querendo definir com precisão as prioridades da presidência, Sócrates adiantou contudo algumas das áreas que merecerão especial atenção.

Estão neste caso, como referiu, ultrapassar o impasse institucional criado ao projecto europeu, como consequência dos recentes chumbos francês e holandês do Tratado Europeu, valorizar a Estratégia de Lisboa, “em todas as suas dimensões”, nomeadamente a económica, social, do conhecimento e do desenvolvimento sustentável, mas também, e não menos importante, ajudar a transformar a Europa num pólo de estabilidade e factor de equilíbrio num mundo globalizado que se debate com a “ameaça crescente do terrorismo e com os permanentes desafios da paz e dos direitos humanos”.

Garantido ficou, segundo José Sócrates, por um lado, que a presidência portuguesa dará particular atenção ao aprofundamento das relações da Europa com a África, “assumindo plenamente as nossas tradições históricas e as nossas responsabilidades políticas”, e, por outro lado, e não menos significativo, que na preparação da presidência portuguesa o Governo não deixará de envolver a Assembleia da República, “honrando a tradição de diá-



RICARDO OLIVEIRA/GPM

logo interinstitucional em matéria de política externa e, em particular, de política europeia”.

Desemprego está a baixar

No que respeita ao balanço das principais medidas do Executivo, o primeiro-ministro afirmou que “nenhum Governo até hoje fizera tantas reformas em apenas 16 meses”.

Portugal, disse Sócrates, confronta-se com um elevado ritmo de mudanças, algo que nenhum Governo tinha protagonizado até hoje, não só ao nível da já indelével consolidação orçamental, como também “em relação a quase todos os outros sectores de actividade”.

De entre os muitos passos positivos que já foram dados nas mais variadas áreas da gestão governativa, o primeiro-ministro destacou o desemprego que, segundo os dados oficiais, parou de crescer pela primeira vez desde há mais de seis anos, graças, como defendeu, “ao incremento lento mais sustentado da nossa economia”, realidade que é corroborada, como também lembrou, por todos os observadores imparciais, nacionais e internacionais, como o Banco de Portugal e o INE, ou a OCDE e o Eurostat.

Apenas 16 meses após ter assumido o comando dos destinos do país, o primeiro-ministro pôde constatar neste debate sobre o estado da nação que o tema do desemprego já não mereceu as parangonas, a veemência ou as tiradas grandiloquentes dou-

tros tempos por parte da oposição.

E a razão porque tudo isto está agora a passar-se, explica-se, como disse José Sócrates no Parlamento, porque não há melhor resposta para o problema do desemprego do que trabalhar para o crescimento da economia. “E é exactamente isso que temos vindo a fazer”, acrescentou, tal como o investimento que o Governo tem vindo a desenvolver nas qualificações das pessoas, sem dúvida alguma, “a melhor ajuda que se pode dar a quem enfrenta as novas exigências do mercado de trabalho”.

Reconhecendo que a economia “ainda não está a crescer ao ritmo necessário” para que possa dar-se uma redução substancial do desemprego, importa contudo registar, como também assinalou, que a evolução positiva que se tem vindo a verificar, se traduz numa taxa de desemprego, que em Dezembro de 2005 se situava nos oito pontos percentuais, e que nos primeiros três meses deste ano, “desceu para os 7,7 por cento”.

Não constituindo, para já, um objectivo que nos deva merecer grandes manifestações de alegria, são todavia números que nos mostram que em apenas 16 meses “foi possível estancar e inverter o crescimento do desemprego”, sobretudo se tivermos em conta que antes o desemprego subia em Portugal a um ritmo impressionante, tendo-se registado, entre o primeiro trimestre de 2002 e o primeiro trimestre de 2005, taxas de desemprego que dispararam dos 4,4 para os 7,5 por cento, o que correspondeu a cerca de 180 mil novos

“O país tem agora um rumo e uma estratégia de futuro na sua governação”

“Os três anos de governação anterior não serviram para resolver nenhum problema do país”

“Em vez dos malabarismos contabilísticos – que ainda hoje estamos a pagar –, o Governo optou pela verdade nas contas públicas”

desempregados em apenas três anos de governação da direita, cenário que agora, como lembrou o primeiro-ministro, começa finalmente a ser alterado.

Por outro lado, se não estamos ainda a crescer a um ritmo suficiente para conseguir uma redução sustentada do desemprego, lembrou ainda José Sócrates, “isso não significa que a economia não esteja a ser capaz de criar emprego”. Bem pelo contrário.

De facto, e os dados são hoje indelévelmente, no final do primeiro trimestre de 2006 havia mais 32.500 pessoas com emprego do que no período homólogo de 2005. Assim se explicando que em apenas um ano, a economia tenha sido capaz de “criar, em termos líquidos, mais de 32 mil novos empregos”.

Qualificação dos portugueses



Este realidade mostra-nos que a economia portuguesa não só está a criar novos empregos como está a criar, por uma razão ou outra, “mais empregos do que aqueles que se vão perdendo”.

Contas públicas estão no bom caminho

Na opinião do primeiro-ministro, os portugueses têm hoje consciência que os três anos da governação anterior da direita não serviram para resolver nenhum problema ao país, mas ficaram também a saber “que o caminho das ilusões e do fingimento orçamental, que disfarça os resultados e adia os problemas estruturais, não podia levar o país a parte alguma”.

Sócrates mostrou a este propósito a sua surpresa perante aqueles que afirmam admirar o mercado, como a direita sistematicamente o faz, porque, como referiu não deixa de ser surpreendente, apesar desta profissão de fé, que tenham passado três anos a tentar enganá-lo, empurrando para os ombros dos portugueses os resultados desta sua política que “levou a economia às portas da depressão e o país a uma grande desmoralização”.

Como os assuntos que dizem respeito à governação de um país, as questões económicas ou outras, não cessam quando se muda de Governo, a herança contraída, fruto de três anos de governação de direita, apontava para um cenário de grande desequilíbrio nas contas públicas, aliás um facto ímpar e sem paralelo

em toda a União Europeia, tal a sua dimensão.

Mas a postura seguida não foi, como não podia ser, por um lado, cometer erros semelhantes ou ficar pelas queixas da herança, e por outro lado, reduzir a estratégia da governação apenas ao combate ao défice, prosseguindo a política irracional que se vinha a seguir.

O problema do desequilíbrio das contas do Estado, disse o chefe do Governo, não acarreta consigo apenas dificuldade para a economia do país, “mas ameaça a própria estabilidade das políticas sociais”, razão por que este problema não deva ser encarado unicamente numa perspectiva meramente económica, mas sobretudo como um problema de carácter político.

De forma a enfrentar o grave problema das contas públicas, o Executivo conseguiu em poucos meses cumprir a meta de reduzir em 2005 o défice orçamental dos projectados 6,83 para os seis por cento, avançando agora com um conjunto de medidas, “que vai apresentar no próximo Orçamento”, de modo a fazer baixar, já este ano, para os 4,6 por cento, cumprindo deste modo a maior redução do défice público observada nas últimas décadas.

Modernizar o país

Se o equilíbrio das contas públicas nunca deixou de ser um objectivo prioritário a cumprir desde o primeiro momento, e os esperançosos resultados já alcançados

“Estamos a dar passos concretos para que a nossa economia possa vir a ter no futuro melhores condições de sucesso”

“Na aplicação dos fundos comunitários para o período de 2007/2013 o Governo decidiu, pela primeira vez em Portugal, reforçar significativamente as verbas destinadas à qualificação dos recursos humanos”

dão-nos alento para o dias futuros, a modernização da economia assente num tecido empresarial mais competitivo, capaz de encarar os desafios da globalidade, não deixou, por outro lado, de constituir outra das apostas mais sérias da política deste Governo.

Como referiu o primeiro-ministro, “sabemos o caminho que o país precisa de trilhar”, o único, aliás, na sua perspectiva, que pode dar à nossa economia condições de competitividade a nível global e que lhe permitirá ter um futuro de crescimento sustentado capaz de gerar mais e melhores empregos, e esse caminho, como defendeu José Sócrates, “só pode ser o caminho da qualificação dos recursos humanos, da inovação e da modernização

tecnológica”.

Por isso, como lembrou, “fomos capazes de lançar o Plano Tecnológico”, porque um país sem esse pilar do conhecimento bem enraizado numa população “não está preparado para ganhar, nem o futuro, nem tão-pouco o desafio da modernidade”.

Em pouco mais de ano e meio são já visíveis as transformações decisivas operadas no nosso sistema científico e, sobretudo, no sistema de educação e no da formação.

Em relação ao ensino, muitas foram as medidas adoptadas, como foi o caso, por exemplo, da racionalização introduzida na gestão do parque escolar, mas também as novas regras empreendidas ao nível do primeiro ciclo do ensino básico, com as escolas a funcionarem até às cinco e meia da tarde, a introdução do inglês e das novas tecnologias, a garantia de refeições e a formação de professores em matemática.

Também no 2º e 3º ciclos do ensino secundário, as mudanças foram igualmente assinaláveis, com a introdução, por exemplo, das aulas de substituição ou do reforço da oferta de cursos tecnológicos e profissionais.

No domínio da ciência e já para 2007, o Governo fixou em 250 milhões de euros o aumento do financiamento público, “o maior jamais verificado nesta área”, e que visa potencializar as condições para que dentro de dois anos Portugal passe a disponibilizar um por cento do seu PIB para I&D (Investigação e Desenvolvimento), “porque essa é a meta dos países com ambição e vontade de vencer”.

Para estimular o investimento privado em I&D, sublinhou o primeiro-ministro, foram tomadas por este Governo medidas concretas, tais como a reposição dos benefícios fiscais, o reforço da contribuição do sector público empresarial e a garantia de níveis mínimos de I&D associado a grandes investimentos.

Mas se a formação profissional, a qualificação dos recursos humanos ou o ensino, nos seus diversos graus, perfazem importantes preocupações políticas para este Governo, a economia surge igualmente como uma parte importante e indissociável de todo este “puzzle” que compõe a gestão governativa.

Dezasseis meses de intenso trabalho

Desde logo, e à cabeça, surge a luta contra a burocracia, que o Governo quis deitar mão lançando o Programa Simplex, sem dúvida o mais vigoroso e generalizado ataque à burocracia jamais lançado em Portugal.

É que, como defendeu o primeiro-ministro, se as medidas de simplificação de procedimentos representam uma vantagem para os cidadãos, elas não deixam de “constituir também um ganho real para as empresas”.

Outras medidas foram igualmente

lançadas, em apenas dezasseis meses de Governo do Partido Socialista, tendo em vista, por um lado, aumentar a competitividade da nossa economia, e por outro melhorar e modernizar as nossas empresas. Estão neste caso o Plano de Descongestionamento dos Tribunais ou o incentivo às exportações, criando um novo ciclo de investimento na economia portuguesa.

Hoje, Portugal sustenta o seu crescimento económico não no consumo, mas nas exportações, facto que sucede pela primeira vez desde há anos.

O debate sobre o estado da nação serviu também para José Sócrates recordar outros assuntos que ao longo destes últimos 16 meses foram objecto de reformas por parte do Governo socialista.

É o caso do movimento lançado tendente a uma profunda modernização do Estado, não só ao nível da simplificação dos diversos procedimentos administrativos, mas também no que respeita ao impulso de inovação que o Plano Tecnológico já representa, à reestruturação da Administração Central do Estado, no âmbito do programa PRACE, ou ao conjunto de novos instrumentos jurídicos dirigidos para a gestão da necessária mobilidade na Função Pública.

Bases sólidas para a Segurança Social

A reforma da Segurança Social foi outra das áreas que mereceu particular destaque na intervenção do primeiro-ministro.

Sócrates lembrou que o caminho para a sobrevivência do sistema público de protecção social não é, nem pode ser, como defendeu, deixar que tudo fique na mesma. Esse caminho, disse, conduziria à ruptura financeira abrindo as portas a alternativas que classificou de “minimalistas de protecção social”, ou seja, só deixava espaço aos sistemas baseados nos privados.

Para evitar que este cenário se instale, salvando o sistema público de protecção social, assegurando simultaneamente o futuro das próprias políticas sociais, o Governo lançou um conjunto de importantes reformas, visando maior equidade, medidas de discriminação positiva para corrigir as desigualdades, mais eficiência e mais rigor na gestão, maior combate aos abusos, à fraude e evasão fiscais, tudo para que “possamos continuar a ter uma segurança social merecedora de confiança e capaz de responder aos problemas das diferentes gerações”.

Só apostando em políticas capazes de criarem sustentabilidade quer na segurança social, quer nas contas públicas, disse ainda o primeiro-ministro, “é que poderemos avançar e consolidar novas geração de políticas sociais, voltadas para o combate à pobreza e para o apoio os mais necessitados”.

OPINIÃO



RUI XAVIER MOURINHA
Gestor Desportivo / Presidente
da CPC da Moita

Desporto e autarquias: Visão estratégica de desenvolvimento sustentável

HOJE gostaria de vos deixar aqui testemunho, do esforço do Governo na implementação da nova perspectiva de desenvolvimento sustentável para o desporto português.

Reparemos no seguinte paradoxo:

Nos últimos anos, o Estado não regateou esforços para dotar as federações desportivas e o Comité Olímpico de Portugal de avultados recursos humanos, materiais e financeiros. Portugal teve a oportunidade de organizar eventos desportivos de prestígio internacional e de construir infra-estruturas desportivas das mais modernas da Europa. Obtiveram-se marcas, classificações e algumas medalhas de relevo.

Por outro lado, como comprova o prestígio internacional alcançado por muitos profissionais provindos das universidades portuguesas, o saber técnico e científico na área do desporto desenvolveu-se em Portugal, acompanhando o que de melhor se faz no mundo:

Quer no domínio do entendimento da biomecânica desportiva e dos factores que influenciam a sua optimização, tendo proporcionado aos técnicos portugueses ombrear nas áreas decisivas da avaliação e do controlo do treino e do rendimento dos praticantes desportivos;

Quer no domínio do conhecimento das exigências morfofuncionais das modalidades mais competitivas que integram o programa olímpico; quer no domínio da adequação dos materiais e instrumentos à preservação da saúde e integridade dos praticantes desportivos;

Quer no domínio da prevenção e da terapia, reconstrutiva ou não, de lesões desportivas; quer no facto de Portugal ter hoje um "Laboratório de Análises e Dopagem" de nível mundial.

Mas, apesar disso, a situação de "insuficiência da prática desportiva pela generalidade da população portuguesa" constitui um facto irrefutável. Como demonstram vários estudos internacionais e independentes, "Portugal é, dos 25 países da União Europeia, um dos que apresenta menores índices de prática desportiva. Estamos num lugar que nos envergonha".

Esta realidade revela inequivocamente que os modelos de desenvolvimento do desporto em Portugal, incluindo os que privilegiaram o papel central das federações desportivas como sendo a solução definitiva, não foram adequados, por insuficiência. Então, o que tem faltado?

Tem faltado o papel das autarquias. Não por culpa destas, mas porque os sucessivos governos não as tomaram na conta devida.

No momento em que se assinala a "Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável" e em que se pretende, pelo "Projecto ECO XXI", contribuir para criar modos de aferição do desempenho autárquico na construção da sustentabilidade, numa perspectiva de aplicação da Agenda XXI a nível municipal. E, igualmente, no momento em que a "Estratégia de Lisboa" assume um papel renovado para o futuro desenvolvimento da União Europeia, vale a pena apresentar os elementos inovadores da política desportiva que agora se iniciou, e o modo como se considera e inclui o lugar e o contributo autárquico.

Em primeiro lugar, como se poderá constatar no texto do Programa deste XVII Governo Constitucional, o Desporto ficou incluído num lugar diferente daquele em que vinha sendo colocado há várias décadas. Optou-se por orientar a política e o desenvolvimento desportivo por outro caminho: o do Desenvolvimento Sustentável.

Com a Resolução do Conselho de Ministros de 5 de Junho de 2005 e com a recente Lei de Bases da Actividade Física e do Desporto aprovada em sede de reunião de Conselho de Ministros em 14 de Junho (já em discussão na Assembleia da República) esse caminho reforça-se no quadro de uma "Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável". É um caminho que poderá ser resumido em duas palavras-chave: articulação e proximidade.

Quer dizer que apostamos hoje num trabalho de forte coordenação e articulação entre os vários organismos, os vários sectores e os vários subsistemas que no seio do sistema desportivo têm trabalhado isoladamente, senão mesmo de costas voltadas, há demasiado tempo, como sabemos; originando carência de recursos disponíveis, eternizando a desculpa e a desresponsabilização pelos resultados. Articulação, desde logo, do desporto com a comunidade educativa, onde, em termos desportivos, tudo deve começar; depois, com o ordenamento do território; com a política de modernização das cidades; com as políticas do Turismo e do Ambiente; mas, sobretudo, para que tudo isto tenha coerência, de modo prioritário com o desenvolvimento autárquico.

Depois, em terceiro lugar, apostamos numa acção em proximidade que consiga considerar as especificidades próprias de cada região e de cada sector desportivo, deixando de tomar medidas como se o país se tratasse de uma realidade uniforme e destituída de patamares diferentes de desenvolvimento.

Finalmente, em quarto lugar, a nova política desportiva pauta-se por uma visão integrada e inclusiva do desenvolvimento desportivo. "Integrada" porque olha de modo coerente e global para o percurso de vida do cidadão que pratica desporto; percurso, este, que vai da primeira à última idade, e não se cinge apenas a uma determinada fase, a um determinado período, ou a um determinado tipo de prática. "Inclusiva" porque olha com a mesma responsabilidade para as diferentes classes de idade, para os portadores de diversas incapacidades físicas, para o género, para as diferenças étnicas e culturais, para os diferentes níveis de prática desportiva, para as diferentes modalidades, para as diferentes escalas do associativismo desportivo, e para as diferentes realidades do território nacional.

É, portanto, necessário contar com o patamar de articulação autárquico na política desportiva: para que não existam respostas-padrão e soluções-tipo decididas longe dos interesses das comunidades, e, logo, desarticuladas com as instituições e entidades que compõem o tecido social de cada região; para obviar ao entendimento errado de que o país constituiria uma realidade uniforme, destituída de patamares diferentes de desenvolvimento, como se as mesmas modalidades desportivas e o mesmo tipo de oferta desportiva fosse o que conviesse invariavelmente às diferentes regiões e comunidades; para se mudar de ciclo, e se passar a um modelo de desenvolvimento desportivo aberto e sustentável.

Em conclusão, o XVII Governo Constitucional tem os benefícios e o serviço aos cidadãos como a meta orientadora das suas políticas da Juventude e do Desporto. Razão pela qual defende, como pode ser consultado no seu Programa, sufragado maioritariamente pelos portugueses, uma visão de serviço público.

Mas o Governo, com este projecto político para a juventude e para o desporto, inova ao fazê-lo, em Portugal e pela primeira vez, em articulação com a estratégia política do desenvolvimento sustentável; isto é, pugnando por uma acção política centrada na comunidade, pautada pela interligação dos factores "económico, social e ambiental", e trabalhando em permanente articulação e proximidade com os cidadãos e com as instituições próprias de cada região, nas quais as Autarquias deverão desempenhar um contributo essencial. Não deixará de continuar a contar com o papel crucial das federações desportivas, mas acrescentar-lhe-á a dinâmica e a capacidade de realizar e de fazer próprias dos municípios.

Deputados do PS reivindicam nova auto-estrada de ligação a Espanha

CASTELO BRANCO

NUM requerimento entregue na mesa da Assembleia da República, os deputados do PS eleitos pelo distrito de Castelo Branco questionam o Governo sobre os prazos para construção do IC31, entre Castelo Branco e Monfortinho.

"Para quando o lançamento do respectivo concurso, a adjudicação da obra e qual a previsão da sua conclusão", perguntam os deputados Hortense Martins, Vítor Pereira, Cidália Faustino e Telma Madaleno, no documento dirigido ao ministro

das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Os parlamentares socialistas reivindicam a construção da via com perfil de auto-estrada para que seja "a ligação mais rápida e curta entre Lisboa e Madrid, com todas as vantagens de ter este eixo a atravessar uma zona desfavorecida do interior como distrito de Castelo Branco".

A construção do IC31 está prevista no Plano Rodoviário Nacional e prevê uma ligação de cerca de 50 quilómetros entre a A23, perto de Castelo Branco, e a fronteira de Monfortinho, concelho de Idanha-a-Nova. No entanto, a obra

nunca chegou a ser feita.

No requerimento, os deputados albacastrenses alertam para o facto de Espanha "já há muito ter decidido a construção de uma auto-estrada que ligará Madrid até junto da fronteira de Monfortinho".

Segundo os deputados, o IC31 terá especial importância para o concelho de Idanha-a-Nova, que vai atravessar, e para o concelho vizinho de Penamacor, "dois dos municípios do distrito mais afectados pela desertificação".

A nova via é também justificada com a aposta feita nos últimos anos no sector do turismo, na região raiana.

João Soares eleito vice-presidente da Assembleia Parlamentar da OSCE

O DEPUTADO socialista João Soares foi eleito, em Bruxelas, vice-presidente da Assembleia Parlamentar da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), durante a assembleia anual desta organização internacional, numa eleição disputada por sete candidatos, três socialistas e quatro conservadores.

A eleição de João Soares para uma das três vice-presidências da Assembleia Parlamentar da OSCE contou com o apoio da totalidade dos deputados portugueses presentes na reunião: os socialistas Marcos Perestrello, Osvaldo Castro e Maria Antónia Almeida Santos, os parlamentares do PSD António Almeida Henriques, Jorge Morgado e Luís Campos Ferreira, e o comunista José Soeiro.

Com a eleição do antigo presi-



te, porque poderia acompanhar a complexa transição política que se está a verificar em alguns países da Europa de Leste. Alguns desses países, infelizmente, transformaram-se em autênticas economias de casino", afirmou João Soares.

O deputado socialista sublinhou ainda que a OSCE

dente da Câmara de Lisboa, Portugal ocupará pela primeira vez um lugar da direcção da Assembleia Parlamentar da OSCE, que integra 56 países.

"Será um mandato interessan-

"é a maior organização internacional a seguir às Nações Unidas", tendo "a presença mais efectiva em termos de terreno, embora funcione com um orçamento muito reduzido".

REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;

2. Transferência bancária

Conta: Millenium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)
MONTANTE
Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur
Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.

Linha Azul

808 201 695



Sector energético é novo motor de crescimento

ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A ENERGIA

No próximo triénio, o sector energético será o novo motor para o crescimento e a inovação de Portugal. Esta a ideia central do discurso de José Sócrates, no encerramento da Conferência Estratégica Nacional para a Energia, realizada no Porto.

MARY RODRIGUES

PERANTE os principais parceiros, públicos e privados, do sector energético reunidos na Casa da Música, o primeiro-ministro avançou que estão previstos, para os próximos três anos, investimentos globais directos que poderão ir dos seis aos oito mil milhões de euros.

Depois de vincar que este volume de investimento “é, possivelmente, o maior concentrado num único sector”, Sócrates manifestou confiança na iniciativa privada, congratulando-se de seguida pelo facto do mercado ter acolhido de modo tão positivo a estratégia delineada e ter demonstrado assim que “há confiança nas empresas” para apostar “num sector vital para a inovação”.

Segundo o chefe do Executivo socialista, é crucial que o contributo dos investimentos se transforme “num estímulo para a investigação e em encorajamento para a inovação”.

Ao falar sobre as linhas orientadoras das políticas para o sector energético, Sócrates disse que estas estão assentes em três vectores essenciais, nomeadamente, mais concorrência, visando a moder-



nização empresarial e a protecção do consumidor, mais eficiência e uma melhor adequação ambiental, “até porque o país tem de cumprir os seus compromissos internacionais”.

Quanto à estratégia propriamente dita, o primeiro-ministro disse que esta passa pela reestruturação do sector empresarial onde o Estado ainda tem um papel de relevo, exemplificando com casos de sucesso como o são a EDP e a Galp.

Presente também na sessão, o titular da pasta da Economia, Manuel Pinho, anunciou a criação de um laboratório nacional especializado nas questões energéticas e na geologia, que deverá trabalhar em estreita articulação com as empresas do sector.

Também no âmbito do desígnio da inovação, Manuel Pinho disse que será constituído um fundo com 35 milhões de euros, com o objectivo de afirmar o nosso país

como um “centro de competências e de inovação nesta área da vanguarda tecnológica”.

Mas este fundo poderá igualmente servir para financiar projectos de investigação entre universidades e empresas.

Manuel Pinho apresentou ainda investimentos globais de 593 milhões de euros na área das energias alternativas.

Outro dos projectos divulgados no Porto foi o do Parque Eólico

do Alto Minho I, o maior deste género na Europa, cuja continuação terá um custo estimado de 343 milhões de euros.

A concluir dentro de dois anos, o parque, com um total de 240 megawatts (MW) de potência, será localizado na região do Vale do Minho, sendo organizado em cinco subparques e uma infra-estrutura eléctrica de ligação à rede nacional e ainda composto por 120 torres eólicas de 2 MW cada.

Portugal não pode ficar de fora da rede TGV europeia

AO INAUGURAR recentemente um lance de 34 quilómetros da auto-estrada 24 (A24) o primeiro-ministro, José Sócrates, reafirmou categórico que o TGV é um projecto para avançar, dando prioridade à construção da ligação Lisboa-Madrid.

“Eu julgo que Portugal não pode ficar fora da rede de alta velocidade de toda a Europa”, disse José Sócrates, para quem abandonar o projecto “seria um erro que o país pagaria caro em termos de competitividade”.

Quanto ao debate sobre os custos-benefícios do TGV proposto pelo Presidente da República, Sócrates foi claro ao sublinhar que “há dez anos” e que “o debate se faz e vai continuar a fazer-se”.

Para o chefe do Executivo socialista, o importante que se debata os grandes investimentos nacionais de forma clara, para que



todos os portugueses saibam dos custos e dos benefícios que a alta velocidade implicarão para o nosso país.

O primeiro-ministro explicou também que os avanços do TGV “devem ser feitos ao ritmo apropriado, pensando em primeiro lugar na ligação a Madrid, especialmente “pela importância que o projecto tem para a competitividade na Península Ibérica”.

Relativamente à abertura do lance de 34 quilómetros da A24, Sócrates, ladeado pelo ministro das Obras Públicas e pelo secretário de Estado, disse que esta circulação facilitada entre Pedras Salgadas, no concelho de Vila Pouca de Aguiar, e a fronteira e Vila Verde de Raia, em Chaves, coloca Trás-os-Montes na era moderna das auto-estradas, reparando uma injustiça de muitos anos.

Esforço de consolidação orçamental vai continuar

ECOFIN

A POLÍTICA de rigor e austeridade vai continuar, para garantir o controlo do défice público até 2008, afirmou Teixeira dos Santos no final de uma reunião em Bruxelas do Conselho de Ministros das Finanças da UE (Ecofin), onde os seus homólogos dos 25 deram o seu aval à estratégia orçamental do Governo português sem pedir medidas adicionais.

“O apertar do cinto vai continuar porque reduzir o défice até 2008 para um valor abaixo dos 3 por cento – estando agora nos 6 por cento – vai continuar a exigir sacrifícios de todos os portugueses”, disse o ministro das Finanças. Teixeira dos Santos adiantou ainda que “as medidas que foram já anunciadas e identificadas pelo Governo português, sendo plenamente implementadas, serão suficientes para assegurar que as metas orçamentais, que nós definimos, serão atingidas”.

Na reunião de Bruxelas, os ministros das Finanças dos 25 afirmaram “partilhar” o ponto de vista da Comissão Europeia de que as “as medidas tomadas pelas autoridades portuguesas, se forem implementadas na sua totalidade, constituem um progresso adequado em 2006 para a correção do défice excessivo” até 2008.



Por outro lado, o Conselho sublinhou o facto do actual Governo português estar a procurar controlar o défice orçamental “numa base estrutural, sem recurso a medidas

extraordinárias”, ao contrário da actuação de governos anteriores, prática pela qual aqueles executivos foram alvo de diversas advertências.

Recorde-se que no mês passado, Bruxelas mostrou-se favorável a algumas das medidas tomadas por Lisboa para corrigir o desequilíbrio das suas contas, nomeadamente o

aumento da taxa normal do IVA de 19 para 21 por cento, o aumento dos impostos sobre o petróleo e os produtos do tabaco e a melhoria da cobrança de receitas fiscais.

Facilitado acesso do fisco a contas bancárias

O CÓDIGO de Procedimento e de Processo Tributário vai ser alterado no sentido de permitir o acesso a elementos protegidos pelo sigilo bancário e relevantes para a justiça fiscal, no caso em que contribuintes apresentem uma “reclamação graciosa”, isto é, um requerimento à Administração Tributária para alteração de uma posição que não requer qualquer pagamento por parte do utente.

A decisão foi tomada em Conselho de Ministros ao aprovar um diploma que, segundo frisou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, visa “flexibilizar o levantamento de informação bancária relevante”.

Com a entrada em vigor da proposta de lei do Executivo socialista – que ainda será submetida a apreciação e votação na Assembleia da República –, o instrutor de uma reclamação graciosa poderá desencadear uma averiguação plena dos factos alegados mediante o acesso aos elementos pertinentes, mesmo que estes se encontrem protegidos pelo sigilo bancário, de forma a apurar e/ou confirmar a verdades dos mesmos.

Em comunicado, o Governo explica que a medida surge na sequência “das conclusões do Relatório sobre o Combate à Evasão e Fraude Fiscais e de práticas idênticas e testadas na maioria dos Estados-membros da União Europeia.

Crescimento económico revisto em alta

FOI com natural satisfação e prudência que Teixeira dos Santos, ministro das Finanças, recebeu a notícia de revisão em alta (mais 1,2 por cento) dos índices de crescimento económico nacionais registadas no boletim de Verão do Banco de Portugal, salientando o peso das exportações nestas previsões mais animadoras.

“Esta é, obviamente, uma notícia positiva porque vem mostrar que essa recuperação tem algo de virtuoso que tem a haver com o facto de assistirmos a um maior dinamismo do sector exportador”, frisou o governante.

Destaque-se que o boletim económico de Verão do Banco de Portugal prevê que a actividade económica cresça 1,2 por cento este ano, em vez dos 0,8 por cento estima-

dos no boletim de Inverno, e 1,5 por cento em 2007, contra os 1 por cento anteriormente previstos.

A revisão em alta do Produto Interno Bruto (PIB) deve-se, em grande medida, à expectativa de aumentos substanciais nas exportações que poderão ser, este ano, na ordem dos 8,5 por cento.

No caso destas previsões se confirmarem, “o nosso país terá os dois anos de crescimento mais elevados desde 2001”, conforme salientou Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, na intervenção que fez na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças.

Segundo Teixeira dos Santos, estas previsões mostram que existe uma “recuperação

mais sustentada, mais sólida e mais assente na exportação”, facto que permite ao Executivo socialista “ter confiança de que o crescimento terá vindo para permanecer”.

Esta revisão “representa uma recuperação da economia que poderá continuar nos anos subsequentes”, considerou.

Todavia – esclareceu o ministro –, “as previsões devem ser encaradas com a habitual prudência e um crescimento superior a um por cento é ainda manifestamente um crescimento insuficiente para a nossa economia”.

Já o primeiro-ministro, reagindo à revisão em alta feita pelo Banco Portugal, falou de um “crescimento virtuoso” baseado nas exportações.

Governo está a poupar nos custos com pessoal

REFORMA DO ESTADO

ESTE ano, 79 por cento das poupanças previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) em matéria de reestruturação da Administração Pública serão conseguidas através da redução dos custos com pessoal.

O ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, avançou que já este ano o Executivo socialista prevê poupar 375 milhões de euros, sendo que, para 2007, o montante será

de 580 milhões de euros.

Assim, no conjunto dos dois anos, as despesas com pessoal representam 62 por cento das poupanças que o Governo espera fazer com a reforma do Estado.

Segundo o ministro Teixeira dos Santos, estas poupanças necessárias serão possíveis através da racionalização das estruturas, da contenção salarial e do congelamento das carreiras.

Quanto à despesa corrente da Administração Pública, o governante afirmou que

esta irá baixar este ano para 42,7 por cento do Produto Interno Bruto (PIB) e voltará a descer até aos 42,2 no próximo ano.

Estas informações foram avançadas pelo titular da pasta das Finanças, no Parlamento, por ocasião do debate sobre o Relatório de Orientação da Política Orçamental e das Grandes Opções do Plano para 2007, em resposta a infundadas acusações da oposição sobre subidas nos valores da despesa, da alegada responsabilidade do Governo do PS.

Combate à imigração ilegal será prioridade

PRESIDÊNCIA PORTUGUESA DA UE

O COMBATE à imigração ilegal vai ser uma das prioridades da presidência portuguesa da União Europeia, disse o ministro da Administração Interna, António Costa, no decorrer da Conferência euro-africana sobre Migrações e Desenvolvimento, em Rabat, Marrocos.

“É necessário conjugar a política de imigração com uma política coerente de ajuda ao desenvolvimento, à promoção da paz e da democracia nos países de origem”, disse António Costa no seu discurso em Rabat.

“A imigração regulada é um factor de enriquecimento económico, social e cultural das nossas sociedades. É assim essencial trabalhar para promover a imigração legal”, referiu o ministro, salientando a necessidade de gerir de trabalhar para promover a imigração legal e gerir os fluxos migratórios de uma forma equilibrada.

António Costa acrescentou que apesar da necessidade de Portugal admitir imigrantes, a capacidade do país não é ilimitada, sendo por isso necessário uma política que englobe aspectos como a admissão e integra-



RICARDO OLIVEIRA/GPIM

ção dos imigrantes.

Segundo o titular da pasta da Administração Interna, uma abordagem global e integrada desta realidade deve incluir os seguintes temas: a regulação dos fluxos migratórios, a promoção das migrações legais, a luta contra a imigração clandestina e a integração dos imigrantes nas so-

ciudades de acolhimento.

Em relação à conferência, António Costa considerou-a como “mais um elemento do processo da segunda Cimeira União Europeia-África, que se deverá realizar em Lisboa”.

O ministro de Estado e da Administração Interna referiu ainda que a Conferência de Rabat “marca uma nova etapa no aprofundamento das relações entre a Europa e a África pela criação de uma estreita parceria para trabalhar em conjunto todas as questões relacionadas com a imigração e desenvolvimento”.

Nesse sentido, o governante alertou para a necessidade de integrar e aplicar nas políticas bilaterais e multilaterais as conclusões da conferência.

No encontro participaram 57 países europeus e africanos e reuniram-se pela primeira vez países de origem, destino e trânsito da imigração ilegal.

OPINIÃO



MANUELA AUGUSTO
Presidente do DNMS

É chegado o tempo de ajustar a lei à realidade, de compreender e de não criminalizar. A lei que até hoje rege a interrupção voluntária da gravidez deve ser alterada

Mulheres condenadas...

JULHO foi um mês em que mais três mulheres se viram humilhadas e condenadas, numa sociedade em que um pseudo ou falso moralismo vai caminhando de mão dada com a mais desprezível das hipocrisias, aquela que finge que não vê!

De vez em quando, para sossegar umas quantas consciências, a lei que se infringe em tantas esquinas ou vãos de escada, surge implacável, e condena...

Condena mulheres que já foram condenadas... porque ninguém, em sã consciência, pode algum dia decidir-se pela interrupção da sua gravidez, sem desespero e angústia, sem mácula, sem dor...

Não podemos continuar a ignorar o negócio que se alimenta desta dor, clandestino, tantas vezes imundo, tantas vezes mutilador ou mesmo fatal. Negócio que se sussurra, se esconde, se abafa!

Não podemos fingir que não sabemos que a clandestinidade é, na sua esmagadora maioria, o recurso da pobreza, o recurso das mulheres que não podem ir a Espanha, a Londres, à Holanda, a Itália, à Alemanha, a França... que não podem ir a estes ou a outros países da União Europeia, minimizando as sequelas de uma interrupção da gravidez, pelo apoio psicológico, pelas condições higiénicas e sanitárias, pela dignidade.

É chegado o tempo de ajustar a lei à realidade, de compreender e de não criminalizar. A lei que até hoje rege a interrupção voluntária da gravidez deve ser alterada.

Sabemos que a Assembleia da República tem competência para a alterar, mas o Partido Socialista é fiel aos seus compromissos e disse, no seu programa eleitoral, que iria exigir um referendo.

Em 1998, muitos portugueses participaram nesta discussão. Lamentavelmente, não tantos quantos seria de esperar, naquela que era uma ocasião ímpar para o exercício da tão propalada cidadania, da democracia participativa.

Houve uma participação de apenas 31,89 por cento dos eleitores e eleitoras!

Oito anos depois, há novas e novos eleitores, há um percurso de vida, há uma outra realidade, há, porventura, um amadurecimento das nossas convicções. É de toda a justiça, faz todo o sentido que se volte a discutir um assunto que não pode, não deve deixar-nos indiferentes. E, por estar consciente disso, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai certamente apresentar, na próxima sessão legislativa que se inicia em Setembro, um Projecto de Resolução que exija a convocação de um novo referendo pelo actual Presidente da República.

O que está em causa, quando se propõe a alteração da lei actual, não é a defesa do “aborto”, como muitos sub-repticiamente, ou de “má-fé”, propalam. Ninguém, em sã consciência, como já referi, defende o “aborto”, ou a sua desregulada proliferação.

O que está em causa é a tolerância, a não criminalização de um acto praticado em desespero de causa, tantas vezes em solidão, quase nunca partilhado...

O PS e o Governo estão atentos. Sabem que o planeamento familiar, a educação sexual e familiar, a educação para os afectos, a prevenção da gravidez na adolescência, ainda têm falhas, ainda há muito trabalho a fazer.

Mas, por isso mesmo, porque a vida não é perfeita, porque os nossos percursos de vida e as nossas oportunidades são tão diferentes, tão desiguais, que direito nos assiste para julgar, para atirar pedras, para condenar?!

Um filho, como dizia o poeta, faz-se por gosto... um filho deseja-se!

Um filho, quando o desejamos, é o nosso projecto de vida!

Os filhos, para mim, são o meu primeiro projecto de vida!

Não imagino, não concebo, que um filho se imponha alguma vez a alguém...

Mais três mulheres condenadas... num tempo e numa sociedade em que se olha mas não se quer ver, pelo menos enquanto, por sorte ou acaso, “o problema” continuar a ser sempre dos outros, ou melhor dizendo, continuar a ser sempre das outras!

Cimeira da CPLP compromete-se a erradicar a pobreza até 2015

LISBOA vai receber a próxima cimeira de chefes de Estado e de governo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) em 2008.

A decisão saiu do encontro que teve lugar em Bissau onde durante dois dias se reuniu a VI Cimeira da CPLP, e que pela primeira vez admitiu como observadores associados, dois novos países, a Guiné-Equatorial, representada na Cimeira pelo seu presidente, o general Teodoro Obiang Nguema, e as ilhas Maurícias.

No final da reunião, que marcou também o 10º aniversário desta organização, os chefes de Estado e de governo comprometeram-se a trabalhar num dos principais objectivos estabelecidos para o milénio pela ONU no sentido da

erradicação da fome e da pobreza até 2015.

Para a concretização deste objectivo de desenvolvimento, proclamado pelas Nações Unidas, os líderes dos países lusófonos garantiram que vão trabalhar com o propósito de reduzir, pelo menos para metade, a fome e a pobreza, criando para o efeito mecanismos tendentes à mobilização de recursos nacionais e internacionais, nomeadamente aplicando programas voltados para a educação básica, a promoção da igualdade entre géneros e para aumentar a presença da mulher nas tarefas e nos processos de desenvolvimento dos diversos países integrantes da Comunidade.

Ficou ainda estabelecido na declaração final desta Cimeira,

que será dada particular atenção à questão da saúde reprodutiva, à luta contra a mortalidade infantil, que no que respeita ao continente africano ainda atinge padrões particularmente preocupantes, e à luta contra as doenças endémicas, nomeadamente o HIV/SIDA, a malária e a tuberculose.

Os chefes de Estado e de governo lusófonos manifestaram ainda a sua satisfação pela nomeação de Jorge Sampaio, por parte do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, para o cargo de enviado especial na luta contra a tuberculose, tendo entretanto o ex-presidente português manifestado já interesse em colaborar de forma estreita com os países da CPLP.

R.S.A.

Mulheres socialistas congratulam-se com aprovação da Lei da Paridade

FAUL

O DEPARTAMENTO das Mulheres Socialistas da FAUL aprovou uma moção em que se congratula com a aprovação da Lei da Paridade, referindo ter a convicção de que, não obstante o veto presidencial, “será encontrado o caminho certo

para que esta lei não seja um mero instrumento formal ‘com diferentes leituras e diferentes práticas’, que em nada dignifica a democracia paritária”.

As socialistas da FAUL congratularam-se ainda com “o trabalho desenvolvido pelas deputadas e deputados da Assembleia da República em prol

da maior participação política, dando assim cumprimento ao disposto na Constituição portuguesa”.

Na moção, o Departamento das Mulheres Socialistas da FAUL lembra que actualmente mais de 75 por cento das deputadas da Assembleia da República foram eleitas pelo Partido Socialista.

Sócrates reafirma que não voltará a aumentar impostos

“PARA um político ter sucesso, tem de saber fazer rupturas e compromissos. Não podemos só fazer rupturas para dar uma imagem pretensamente corajosa, mas o país precisa de mudanças”, afirmou ontem o primeiro-ministro, José Sócrates, durante uma entrevista de cerca de 40 minutos concedida à SIC.

José Sócrates deu como exemplo o recente acordo entre o Governo e os parceiros sociais, à excepção da CGTP-IN, para a revisão do sistema de Segurança Social, sustentando que, “às vezes, as reformas feitas com compromisso são mais fáceis de aplicar. A reforma não é uma revolução, mas uma evolução passo a passo”.

“No próximo ano, se tudo correr bem, podemos dizer que a Segurança Social está irreconhecível”, afirmou, tecendo depois duras críticas à proposta do PSD sobre esta matéria.

“O PSD pretende criar uma Segurança Social mínima garantida pelo Estado e nós não queremos isso. O Governo quer uma Segurança Social do Estado fiável e forte”, disse, salientando que, caso o maior partido da oposição aplicasse o seu modelo, no período de transição, “haveria um prejuízo de 750 milhões de euros logo em 2009 e de 20 mil milhões de euros em 2025, agravando a dívida pública”.

Na entrevista, depois de rasgados elogios à actuação da ministra da Educação e de críticas aos sindicatos do sector, José Sócrates reiterou que não voltará a aumentar os impostos e que “a austeridade no Estado é para continuar nos próximos anos”, porque Portugal



RICARDO OLIVEIRA/GIPM

O comportamento da maioria absoluta do Partido Socialista é de grande exemplaridade democrática e de grande abertura ao debate

O PSD pretende criar uma Segurança Social mínima garantida pelo Estado e nós não queremos isso. O Governo quer uma Segurança Social do Estado fiável e forte

tem de atingir um défice abaixo dos três por cento, para cumprir as metas fixadas pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

“Queremos reduzir o défice ao mesmo tempo que reduzimos a despesa. Isso é histórico. Há 30 anos que não se fazia”, sublinhou o primeiro-ministro.

Na entrevista, José Sócrates disse ser “muito cedo” para se estar a falar na sua recondução a um novo mandato, sublinhando que “o comportamento da maioria absoluta do PS é de grande exemplaridade democrática e de grande

abertura ao debate”.

Sobre o processo de nomeação do novo procurador-geral da República, quando o mandato de Souto Moura chegar ao fim, referiu que esta é uma questão que diz respeito ao Governo e ao Presidente da República. “Sei qual é o meu dever e fá-lo-ei”, disse.

Questionado sobre a cooperação institucional com o chefe de Estado, Sócrates classificou-a de “excelente”, afirmando que partilha com Cavaco Silva “todas as informações” de que dispõe, em

particular as oriundas dos serviços de informações.

E adiantou que a cooperação entre São Bento e Belém “é facilitada pelo conhecimento que o Presidente da República tem, quer dos problemas do país, quer dos assuntos da governação”.

Instado a dizer se tem aprendido com o chefe de Estado, o primeiro-ministro e líder do PS respondeu: “Posso dizer que sim”. E acrescentou que muito também aprendeu com Mário Soares, António Guterres e Jorge Sampaio.

Marca na hora reduz processo burocrático em 16 meses

DEPOIS da criação da “empresa na hora”, lançada há um ano com enorme êxito, como os números o indicam, mais de 8500 sociedades criadas no primeiro ano, é agora a vez de se associar a esta iniciativa a “marca na hora”.

Trata-se de um projecto adicional que pretende reforçar e otimizar a iniciativa “empresa na hora”, que num espaço de pouco mais de um ano constituiu um enorme êxito que importa referir.

Fica assim aberta a hipótese em simultâneo, a quem deseje criar uma empresa, de dispor da possibilidade de obter de forma quase imediata, se assim o entender, de uma “marca na hora”, encurtando um processo de escolha que levava meses a estar concluído.

Tal como a iniciativa “empresa na hora”, também a “marca na hora



RICARDO OLIVEIRA/GIPM

provém de uma aprovação do Conselho de Ministros, fazendo ambas parte do programa Simplex.

Até hoje, e desde há cerca de um ano, no âmbito do programa

“empresa na hora”, era possível escolher de uma lista com cerca de 500 escolhas o nome da nova empresa, acto que passou a ser, em virtude da simplificação deste

processo, quase imediato. Contudo, escolher uma marca para um determinado produto a ser comercializado afigurava-se uma tarefa algo mais complicada, havendo a necessidade de percorrer, segundo o Governo, oito passos, algo que obrigava a uma espera de cerca de 16 meses.

Com a criação da “marca na hora”, passa a ser possível, ao registar-se uma nova empresa, seleccionar em simultâneo, de uma lista de duzentas marcas registadas pelo Estado, e na mesma sessão, a marca do produto que se quer comercializar, obtendo uma marca registada associada à mesma empresa.

Para que todo este processo possa criar as necessárias sinergias e avançar na desburocratização da vida das empresas, o Governo decidiu que a iniciativa “marca na

hora” vai estar, durante os primeiros meses em regime experimental, para, tal como referiu secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira, se possa fazer um balanço efectivo e corrigir o caminho se necessário.

Decidido ficou igualmente que não será possível constituir uma “marca na hora”, sem que primeiro se tenha constituído uma “empresa na hora”, mas a dependência entre a empresa e a marca só existe no acto da constituição, uma vez que a mesma empresa pode adquirir mais do que uma marca associando-as a diversos tipos de produtos e serviços.

Durante os próximos quatro meses a “marca na hora” estará à experiência, razão pela qual para, e para já, só avançam seis postos de atendimento.

Só sete propostas aprovadas apenas com os votos da maioria

AO LONGO da presente sessão legislativa, que teve 15 meses, o Governo socialista apenas fez aprovar sete propostas de lei com o voto contra de toda a oposição, num total de 58 diplomas, afirmou o ministro dos Assuntos Parlamentares.

Segundo o titular da pasta dos Assuntos Parlamentares, os números referentes à primeira sessão legislativa “são inquestionáveis” e demonstram que o PS e o Governo “não impuseram as suas medidas aos restantes grupos parlamentares”.

Na primeira sessão legislativa da X legislatura, adiantou o ministro dos Assuntos Parlamentares, o Governo apresentou até agora “73 propostas de lei, das quais 58 foram aprovadas em votação final global”.

Augusto Santos Silva salientou depois que, dessas 58 propostas já aprovadas em votação final global, “só sete passaram com o voto contra de todos os grupos parlamentares da oposição”.

As sete vezes em que o PS esteve sozinho a aprovar medidas do Governo, com a oposição a votar contra e em bloco, aconteceram nos debates do Orçamento Rectificativo de 2005, aumento da taxa máxima de IVA de 19 para 21 por cento, Orçamento do Estado para 2006, Grandes Opções do Plano (2005/2009), redução das férias judiciais, avaliação e desempenho na administração pública e votação final da nova lei do arrendamento urbano.

“A larguíssima maioria dos diplomas apresentados pelo Governo colheu sempre o apoio ou a abstenção de um ou mais dos grupos parlamentares da oposição. Na sessão legislativa que ora finda, em discussões de diplomas (alguns deles estruturantes), já funcionaram todas as maiorias, sobretudo as constituídas por PS/PSD/



CDS-PP, PS/PSD, PS/CDS-PP, PS/PCP/Bloco de Esquerda e PS/Bloco de Esquerda”, sublinhou Augusto Santos Silva.

O ministro afirmou ainda que, em relação às propostas apresentadas pelo Executivo de José Sócrates, “o PSD e o CDS-PP abstiveram ou votaram a favor na maioria das vezes, e o mesmo se passou com o Bloco de Esquerda”.

“Na primeira sessão legislativa, os números demonstram que, por haver maioria absoluta do PS na Assembleia da República, tal não significa que haja autismo da parte

do Governo e da bancada socialista”, disse.

Augusto Santos Silva referiu ainda que o PCP “foi a bancada que mais vezes votou contra as propostas do Governo”, sustentando que esta postura se deve ao facto de o PCP insistir “no método de tentar colar o PS às políticas de direita”.

Segundo Augusto Santos Silva, ao longo da presente sessão legislativa, o Governo tem procurado seguir duas opções fundamentais: “Tornar a Assembleia da República o local próprio para a aprovação das suas iniciativas estruturais e

fazer do Parlamento o centro do debate político”.

Como exemplos, o ministro apontou os debates em torno da lei da nacionalidade, revisão do arrendamento urbano, convergência do regime de pensões e do regime geral da Segurança Social, descongestionamento dos tribunais, leis quadro da água e da política criminal, limitação de mandatos de cargos políticos, fim dos regimes especiais de subvenções para titulares de cargos políticos e criação da Entidade Reguladora para a Comunicação Social.

Sobre as razões das recusas do PS e do Governo em relação às propostas de pactos de regime apresentadas pelo PSD, o ministro dos Assuntos Parlamentares acusou o partido liderado por Marques Mendes de não ter “apresentado projectos de lei” em muitas das áreas em que propôs esses pactos.

“Mais do que projectos de lei, o PSD apresentou ao Governo iniciativas sob a forma de recomendação”, disse, frisando que, até hoje, “não há memória de uma sessão legislativa tão pacata como a presente”.



Sócrates participou em 16 debates parlamentares

COM a realização do debate do estado da Nação no passado dia 12, o primeiro-ministro, José Sócrates, teve a sua décima sexta participação em debates na Assembleia da República, durante a primeira sessão legislativa.

Segundo dados do gabinete do ministro dos Assuntos Parlamentares, nos 15 meses da presente sessão legislativa, o chefe do Governo já interveio em dez debates mensais, um sobre o Orçamento Rectificativo para 2005, um sobre o Orçamento do Estado para 2006, um referente ao debate do Estado da Nação de 2005 e na apresentação do Programa do Governo.

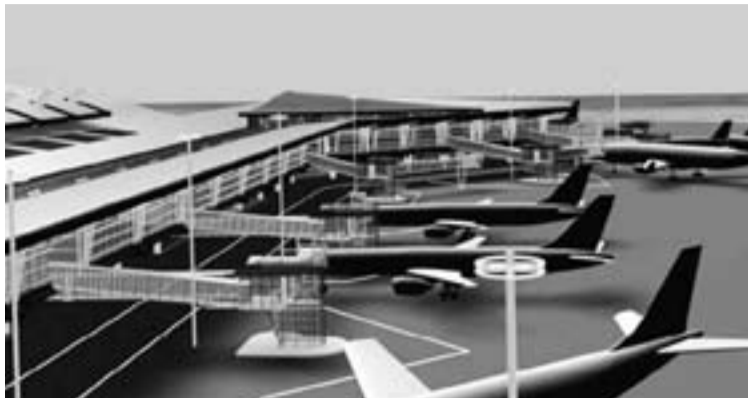
De salientar que estes números não incluem as presenças em que o primeiro-ministro esteve no plenário, mas não discursou, como é o caso das interpelações ao Governo.

O ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, referiu que, desde o início da sessão legislativa, em Março de 2005, tirando os períodos em que a Assembleia da República esteve em férias parlamentares, ou ocupada com a discussão do Orçamento, entre Outubro e Dezembro e em Agosto, “não houve um único mês em que não se tivesse realizado o debate mensal com o primeiro-ministro”.

Governo investe meio milhão de euros na modernização dos aeroportos portugueses

ENQUANTO NÃO CHEGA A OTA

RUI SOLANO DE ALMEIDA



PORTUGAL vai dispor de um plano integrado para a rede de aeroportos que definirá as linhas estratégicas do sector para os próximos 20 anos.

A iniciativa foi apresentada pelo ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, e visa privilegiar a integração das plataformas aeronáuticas com todas as outras infra-estruturas de transportes.

O plano governamental, que compreende um investimento que ascende a 3,6 mil milhões de euros a aplicar nos próximos dez anos, e onde já se inclui a construção do novo aeroporto da Ota, resulta de um estudo sobre o sector, como referiu o ministro Mário Lino, e pretende integrar o território nacional na vasta rede mundial de transportes, abrindo deste modo uma nova perspectiva para a competitividade das empresas portuguesas.

O estudo compreende um conjunto de princípios estratégicos adaptados especificamente a cada uma das plataformas aeroportuárias, como seja o caso do novo aeroporto de Lisboa (Ota), dos aeroportos do Porto, Faro, Beja, sendo que este será em breve alvo de um projecto de requalificação de modo a integrá-lo na rede nacional, do aeroporto da Madeira e do Porto Santo, dos principais aeroportos situados nas ilhas açorianas, além dos aeródromos e heliportos.

Uma das ideias mais importante que subjaz a este estudo agora apre-

sentado pelo Governo, diz respeito à necessidade de assegurar um conjunto de soluções intermodais de modo a ligar os equipamentos aeroportuários às infra-estruturas rodoviárias, ferroviárias e plataformas logísticas.

Um plano para duas décadas

O projecto, apresentado no Porto pelo ministro Mário Lino, foi elaborado por uma comissão técnica ligada ao sector, coadjuvada por elementos provenientes da ANA, empresa pública responsável pela gestão dos aeroportos portugueses, por representantes do Instituto Nacional de Aviação Civil, e pela consultora internacional Mercer Management Consulting.

Do vasto conjunto de iniciativas que são propostas neste plano, uma surge com natural destaque, e respeita à forma de se encontrar uma solução técnica, capaz de rentabilizar e operacionalizar, de forma sustentada, nos próximos 20 anos, o actual aeroporto de Lisboa.

Neste sentido, e na perspectiva

de dotar a Portela com as respostas necessárias ao tráfego aéreo, de passageiros e de carga, até 2017, altura em que se espera que a nova estrutura aeroportuária da Ota entre ao serviço, o estudo aponta para a utilização civil do aeródromo militar de Figo Maduro, que passará assim a ser utilizado como solução para a expansão da capacidade do actual aeroporto de Lisboa.

A Portela, disse o ministro, será assim a principal beneficiária dos cerca de 550 milhões de euros que o Governo vai investir na modernização dos actuais aeroportos portugueses, com aproximadamente 311 milhões de euros, investimento que será aplicado entre 2006 e 2010, no pressuposto de aumentar a sua capacidade operacional dos actuais cerca de 11 milhões de passageiros para 16 milhões em 2016.

A ideia, referiu ainda o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, é dotar o actual aeroporto de Lisboa, que representa no contexto nacional cerca de metade das chegadas e partidas de passageiros, com as condições

mínimas necessárias, uma vez que se trata da principal porta de entrada europeia para os tráfegos oriundos quer da América do Sul, sobretudo os provenientes do Brasil e também de África.

Aliás, não deixa de ser significativo referir que no ano passado o aeroporto da Portela registou, a nível comunitário, o maior número de passageiros vindos do Brasil a caminho da Europa.

Também o aeroporto do Porto está a ser objecto de uma atenção especial no contexto da estratégia de modernização das infra-estruturas aeroportuárias nacionais, uma vez que por aqui circulam mais de três milhões de passageiros por ano.

Para Mário Lino, este equipamento deverá desempenhar a breve prazo um papel determinante transformando-se no aeroporto líder do Noroeste Peninsular, não só captando o tráfego oriundo da região norte, mas conseguindo igualmente segurar parte significativa quer dos passageiros, quer do tráfego aéreo da vizinha província espanhola da Galiza.

Faro, Beja e o futuro da Ota

A capital algarvia é desde há muito servida por um aeroporto que tem vindo a ser objecto, ao longo de várias décadas, de diversas obras de requalificação e modernização.

Trata-se de um equipamento com evidentes potencialidades de crescimento, quer do ponto de vista físico, quer ao nível das respostas, apto à captação de novos tráfegos de

todo o sudoeste da Andaluzia.

Graças ao significativo impacto que a indústria do turismo tem na região, o aeroporto de Faro regista o segundo lugar no ranking nacional de tráfego aéreo.

Quanto à base aérea de Beja, até agora vocacionada quase exclusivamente para o serviço militar, e que o Governo pretende inclui-la na rede civil de aeroportos, assumirá no novo mapa um lugar determinante e de grande destaque no apoio ao desenvolvimento do turismo do Alentejo.

Com os novos investimentos turísticos que estão a nascer na Costa Vicentina e no Alqueva, e com o conjunto das novas plataformas logísticas previstas, este aeroporto assumirá um papel de particular importância no contexto do desenvolvimento da região.

Mas é na Ota, que o Governo prevê antecipar em um ano o início da sua construção, ou seja em 2010, que se concentrará a maior fatia do investimento agora anunciado pelo Governo até 2016.

Dos 3,6 mil milhões de euros previstos, cerca de 3,010 mil milhões de euros serão canalizados para a construção do novo aeroporto de Lisboa, que será todavia maioritariamente assegurado por investimentos privados, como na ocasião lembrou o ministro Mário Lino.

O lançamento do concurso público será realizado já no próximo ano, após ficar definido o modelo de participação do sector privado, tudo para que o novo aeroporto possa ficar concluído e totalmente operacional em 2017.

Linha de crédito para empresas de pesca

UMA linha de crédito no valor de 30 milhões de euros será criada com vista a financiar entidades do sector das pescas.

Trata-se de compensar as referidas entidades pelos aumentos verificados nos custos de produção que se verificaram na sequência de sucessivos agravamentos nos preços dos combustíveis.

A decisão foi tomada em Conselho de Ministros e o crédito será disponibilizado pelas instituições financeiras que celebrem, para o efeito, um protocolo com o IFADAP, sendo os montantes indicados atendendo ao valor das vendas de cada empresa.

Os empréstimos serão concedidos pelo prazo máximo de três anos, sendo amortizados anualmente, com possibilidade de carência de capital no primeiro ano do crédito.

PS estranha posição do PSD sobre o aeroporto da Ota

OS SOCIALISTAS de Leiria estão indignados com a opinião “zigzagante” do PSD sobre a construção do futuro aeroporto da Ota.

O Secretariado da Federação do PS, face às constantes mudanças de opinião do maior partido da oposição perante uma infra-estrutura que considera estratégica para o desenvolvimento do distrito e do país, manifesta a sua estranheza pelo facto de o PSD de Leiria, quando das últimas eleições legislativas, ter apoiado, veementemente, a construção do aeroporto da Ota, que na perspectiva dos socialistas, prova-se agora, mais não era do que um expediente fácil “para cativar os votos dos leirienses”, e depois, já longe do acto eleitoral, venha agora criticar de forma violenta o projecto, “só porque está na

oposição”.

O PS de Leiria lembra que a construção do futuro aeroporto da Ota constituiu uma das mais importantes propostas inscritas no programa eleitoral dos socialistas, que foi aliás sufragado, lembram, pela maioria absoluta dos portugueses.

Durante toda a campanha eleitoral, realizada há pouco mais de um ano, dizem ainda os socialistas de Leiria, nenhuma voz se levantou na altura contra a construção do aeroporto na Ota, bem pelo contrário, o projecto mereceu expresso e concludente apoio da parte das principais forças políticas da região.

Por isso, é com estupefacção e com uma enorme estranheza que o PS analisa a recente conferência de Imprensa realizada na Assembleia da República

pelo cabeça-de-lista do PSD e deputado eleito pelo distrito, Pais Antunes, que considerou desnecessária a construção do novo aeroporto da Ota.

O PSD, afirmam os dirigentes socialistas do distrito de Leiria, não pode ter uma opinião sobre o aeroporto da Ota às segundas, quartas e sextas, e outra, porque lhes convém mais, mas totalmente divergente, às terças, quintas e sábados.

A Ota, a par por exemplo, do recentemente inaugurado troço definitivo da IP6, que passou a ligar Peniche à A8, numa extensão de 4,5 quilómetros, e que representou um investimento de 30 milhões de euros, ou do anúncio já feito pelo ministro das Obras Públicas de um conjunto vasto de novas infra-estruturas rodoviárias a incrementar no distrito, “e que

muito vêm ajudar ao desenvolvimento da região”, representa já, com ou sem polémica, uma obra de maior importância para o país e decisiva para o tecido económico e empresarial da região.

Perante a posição assumida publicamente por Pais Antunes, e sabendo-se que as estruturas políticas locais do PSD assumiram desde o princípio o compromisso favorável à construção do aeroporto da Ota, o Partido Socialista de Leiria vem exigir à presidente da distrital do maior partido da oposição que manifeste o seu repúdio e um claro e inequívoco distanciamento em relação à posição agora assumida pelo seu cabeça-de-lista, reafirmando o seu verdadeiro posicionamento político sobre esta matéria.

R.S.A.

Sindicatos e patrões apoiam estratégia do Governo

REFORMA DA SEGURANÇA SOCIAL

Todos os parceiros sociais, à excepção da CGTP, subscreveram o acordo de princípio que dá aval, na generalidade, às linhas estratégicas propostas pelo Governo para a reforma da Segurança Social. O acordo final global é esperado para Setembro/Octubro.

MARY RODRIGUES



UM PASSO “relevante” para garantir a sustentabilidade da Segurança Social. Foi assim que o primeiro-ministro, José Sócrates, descreveu o consenso quase total gerado junto dos parceiros sociais em torno das propostas do Executivo socialista para a reforma do sector.

Segundo José Sócrates, o acordo de princípios celebrado no passado dia 10 entre o Governo, os sindicatos e as confederações patronais reveste-se de significativa importância, uma vez que “garante a sustentabilidade e a credibilidade do sistema”.

Este entendimento – do qual apenas se auto-excluiu a CGTP – cumpre, na opinião de Sócrates, o objectivo fundamental de assegurar, no presente e no futuro, as pensões dos portugueses.

“Felicito, por isso, todos aqueles que se empenharam na sua concretização”, disse o chefe do Executivo.

Por sua vez, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social saudou também o acordo alcançado com os parceiros sociais, considerando que desta forma foi possível atingir “um patamar muito importante” para a mudança em prol da sustentabilidade do sistema, da sua justiça e equidade.

“Mais uma vez foi possível conseguir um acordo tripartido”, referiu Vieira da Silva, no final da reunião

de concertação social, ocasião em que também exprimiu a sua satisfação pelo nível de discussão conseguido, com contributos de todos os parceiros, incluindo da CGTP.

“Criámos condições para fazer uma reforma da Segurança Social que, se não fosse feita, poria em causa as pensões”, disse o governante, esclarecendo de seguida que as actuais prestações não vão sofrer qualquer alteração e apenas as futuras terão o seu crescimento controlado, para que não seja inviabilizada a continuidade e eficiência do sistema.

Destaque-se que todos os parceiros sociais (à excepção da CGTP) consideraram “positivo” o acordo estabelecido com o Governo, visando a possibilidade de continuação da discussão das várias matérias.

Documento base com avaliação geral positiva

A União Geral de Trabalhadores (UGT) considerou que se reuniram as “condições necessárias” para um acordo de princípio, uma vez que o Executivo do PS deu reposta às principais questões colocadas por esta central sindical.

Classificando o acordo como

“importante”, o secretário-geral da UGT, João Proença, apontou para os “sinais de desequilíbrio” que já se verificam na Segurança Social, advogando ser “fundamental preservar e defender as pensões actuais e as futuras”, meta que passa também, no entender do sindicalista, por áreas como o combate à fuga e fraude fiscais, bem como às despesas não declaradas.

Para os patrões, o consenso alcançado é “bastante razoável”. Assim, o presidente da Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), Francisco Van Zeller, descreveu o acordo obtido como “inteligente” por seguir de perto a tendência europeia.

Já o máximo representante da Confederação do Turismo Português, Atílio Forte, disse que o acordo de princípio reúne as condições mínimas para garantir a sustentabilidade da Segurança Social, ressalvando porém que só no seguimento da discussão se verá se existem as condições necessárias para um acordo final global, tendo em conta que “muitas matérias ainda estão por discutir”.

Por seu turno, José António Silva, da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal, declarou ter dado o acordo à proposta do Governo, alertando, porém, para

a necessidade de não centrar o documento apenas no controlo da despesa e defendendo como “fundamental” a inclusão de uma visão de crescimento das receitas pelo crescimento do emprego.

Finalmente, a CGTP foi o único parceiro a não aderir ao acordo por, alegadamente, encontrar nas linhas estratégicas da reforma propostas pelo Governo uma intenção de diminuir as pensões e gerar perda de direitos.

A central sindical reconheceu, contudo, que algumas das medidas previstas e propostas pelo Governo socialista são “positivas”, como é o caso da protecção às carreiras longas e às pensões mais baixas.

Recorde-se que as linhas estratégicas para a reforma da Segurança Social acordadas entre o Governo e os parceiros sociais prevêem a introdução de um factor de sustentabilidade para efeito do cálculo das pensões ligado ao aumento da esperança média de vida, que poderá levar os cidadãos a trabalhar um pouco para além da idade da reforma, descontar um pouco mais ou receber um pouco menos de pensão.

A antecipação da entrada em vigor da nova fórmula de cálculo de pensões, com base em toda a carreira contributiva, de 2017 para 2007, e a introdução de um novo indexante para os aumentos anuais das pensões (com base na inflação e no crescimento económico) são outras das medidas previstas.

O documento que serviu de base ao acordo prevê ainda a protecção das longas carreiras contributivas, a limitação das pensões mais altas, a promoção do envelhecimento activo e o reforço do combate à fraude e evasão contributiva, entre outras medidas.

De referir ainda que a discussão aprofundada das várias matérias relativas à reforma da Segurança Social vai continuar em sede de concertação social, visando a obtenção de um acordo global cuja legislação deverá entrar em vigor no início de 2007.

PRINCÍPIOS GERAIS DO ACORDO

1 O cálculo das pensões passa a ser feito atendendo a um factor de sustentabilidade – a esperança de vida –, permitindo que o trabalhador que assim o entender possa permanecer no activo depois dos 65 anos

2 Prevê-se a antecipação para 2007 da nova fórmula de cálculo das pensões baseado em toda a carreira contributiva e não nos dez melhores anos dos últimos 15 como até agora, permitindo deste modo, uma poupança

3 As novas pensões mais altas terão como limite máximo o valor correspondente ao salário líquido do Presidente da República

4 O referencial de actualização e cálculo das prestações sociais deixa de ser o salário mínimo, passando a estabelecer-se uma regra que levará em conta a inflação e a evolução económica nacional, visando preservar o poder de compra das pensões

5 Será feita uma revisão progressiva do regime dos trabalhadores independentes, tendo em conta factores como a aproximação das remunerações convencionais às reais” e a especificidades de alguns regimes como o agrícola.

6 Foi acordada a criação de um regime complementar de pensões e serão discutidos benefícios fiscais às poupanças de base profissional

7 Os trabalhadores com carreiras contributivas longas serão protegidos, podendo reformar-se aos 65 anos, sem penalizações ou melhorar a sua pensão se entenderem prolongar a sua actividade

Licenças sem vencimento facilitadas e contratações congeladas

FUNÇÃO PÚBLICA

AS REGRAS que alargam o controlo das novas entradas na Administração Pública e que facilitam o processo de concessão de licenças sem vencimento aos funcionários do Estado foram aprovadas recentemente pelo Governo socialista.

Assim, passa a aplicar-se a norma de congelamento de admissões de pessoal “a todos os serviços e organismos da

administração directa e indirecta do Estado, incluindo instituições do ensino superior”.

Além disso, todas as renovações contratuais e contratações de pessoal feitas nas Forças Armadas exigirão, a partir de agora, uma “intervenção prévia de controlo” por parte dos ministros das Finanças e da Defesa Nacional.

Restringidas, deste modo, as entradas para a função pública, o Executivo do PS

decidiu igualmente simplificar as saídas temporárias do serviço.

No decreto-lei aprovado em Conselho de Ministros estabelece-se que as concessões de licenças sem vencimento por um ano e de longa duração deixem de ter de ser aprovadas por um responsável político governamental, podendo ser “autorizadas pelo dirigente máximo do serviço” correspondente.

O Executivo confirmou ainda o carácter

obrigatório de um parecer favorável das Finanças para se proceder à celebração de contratos para a celebração de novos contratos de avença e tarefa e a revalidação de todos os existentes até ao final do ano.

Acresce que o limite máximo de prestação de horas extraordinárias passou de 130 para 100 horas, enquanto o subsídio de residência fica a aplicar-se somente em casos de deslocações que ultrapassem os 150 quilómetros de distância.

Maratona de votações no Parlamento

NA ÚLTIMA sessão plenária da presente sessão legislativa, a Assembleia da República aprovou, em votação final global, com os votos favoráveis da bancada socialista, as Grandes Opções do Plano (GOP) para 2007, um documento que apresenta quatro eixos prioritários: consolidação orçamental, modernização da Administração Pública, qualificação dos recursos humanos e desenvolvimento tecnológico e científico, bem como a inovação e a competitividade.

Nesta jornada parlamentar que entrou pela noite dentro, o PS fez aprovar também alterações à Lei da Organização e Processo do Tribunal de Contas (TC), visando o reforço dos poderes de fiscalização preventiva desta entidade, estendendo-a agora a organismos que gerem dinheiros públicos e passando a dispensar-se desse tipo de controlos os chamados “contratos adicionais”.

O diploma em questão prevê ainda a extensão dos poderes de jurisdição do Tribunal de Contas a “todos aqueles que gerem e utilizam os dinheiros públicos, independentemente da entidade a

que pertencem”.

Na sessão de 20 de Julho foi aprovada também, em votação final global, com os votos favoráveis do PS e do CDS-PP, a Lei da Programação Militar, diploma que define os parâmetros de aquisição de equipamento para as Forças Armadas.

Já a lei eleitoral dos Açores teve o sim de todas as bancadas parlamentares, à excepção da do PSD.

Do pacote da reforma do sistema político, proposto pelos socialistas, foram aprovados o novo regime de substituição de deputados por motivo relevante, bem como as normas que vão obrigar os parlamentares a declarar por escrito as suas actividades profissionais e cívicas relevantes para o registo de interesses.

O Protocolo de Estado foi aprovado também com o aval das bancadas do PS e do PSD.

Por unanimidade foi ainda aprovada a lei que previne e proíbe a discriminação com base na deficiência, o mesmo acontecendo com os diplomas relativos à protecção da orla costeira e do acompanhamento do processo de construção europeia.

M.R.

Protocolo do Estado aprovado em clima de consenso

A PRIMEIRA Lei das Precedências do Protocolo do Estado foi aprovada, no passado dia 20, na Assembleia da República, com os votos favoráveis do PS, após ter sido alcançado um consenso entre todos os partidos (excepto o CDS-PP) no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais.

O texto final aprovado estabelece (por exigência da bancada socialista) que a Igreja e a família real ficam de fora do protocolo nas cerimónias do Estado republicano. Porém, as autoridades religiosas poderão estar presentes nos cerimoniais oficiais mediante convite, sendo ordenadas “conforme a sua respectiva implantação na sociedade portuguesa”.

Para além deste aspecto, que representou uma solução de consenso entre os socialistas e o maior partido da oposição, verificaram-se alterações significativas no conjunto dos 58 lugares do protocolo.

Em termos de classe, os militares deram um salto na lista de precedências, um aspecto em que a maioria parlamentar socialista fez algumas cedências, demonstrando desta forma uma atitude de diálogo aberto e democrático com a oposição.

Entre as maiores subidas estão igualmente as que visaram chanceleres

das ordens honoríficas, conselheiros de Estado, chefes das casas Civil e Militar e os antigos Presidentes da República.

Uma das novidades registadas com a recém-aprovada lista prende-se com a inclusão no protocolo, pela primeira vez, dos assessores, consultores e adjuntos do chefe de Estado, do presidente da Assembleia da República, do primeiro-ministro e dos membros do Governo.

Também os presidentes das juntas de freguesia, os membros das assembleias municipais, os presidentes e membros das assembleias de freguesia, os directores de serviço e os chefes de divisão passam a ter lugares nas cerimónias oficiais.

De referir ainda como aspecto particular da primeira Lei do Protocolo do Estado o destaque dado às regiões autónomas e ao poder local. Assim, os representantes da República na Madeira e nos Açores, os presidentes das assembleias legislativas e os presidentes dos governos regionais sobem na lista de precedências.

Outra novidade a assinalar na nova Lei do Protocolo passa pelo reconhecimento do estatuto do líder do maior partido da oposição, diferenciando-os dos líderes das restantes forças políticas.

M.R.

Agenda reformista vai prosseguir



RICARDO OLIVEIRA/GIPM

A AGENDA de reformas e de mudança do Governo vai prosseguir, afirmou José Sócrates no jantar de encerramento da sessão legislativa com o Grupo Parlamentar do PS, a quem agradeceu o apoio que foi prestado ao Executivo, mesmo nos momentos mais difíceis.

O Grupo Parlamentar “nunca se distraiu das suas prioridades. A prioridade é a concentração nos assuntos da governação”, sublinhou o primeiro-ministro e secretário-geral

do PS, lembrando que a actual legislatura “ainda está longe do fim”.

“O Governo está consciente dos problemas do país. A agenda de reformas vai continuar”, referiu.

Por sua vez, o presidente do Grupo Parlamentar do PS, Alberto Martins, elogiou o Governo pela sua “grande agenda reformista”.

Alberto Martins defendeu ainda que a sua bancada funcionou “como um todo” no apoio às políticas do Governo e disse que os seus depu-

tados “estão preparados para os combates do futuro”.

Antes tinha havido uma reunião de trabalho entre o Grupo Parlamentar do PS e José Sócrates e Teixeira dos Santos, em que o primeiro-ministro apelou aos deputados socialistas para não embaixarem em arco com os sinais de recuperação da economia, ou com as sondagens favoráveis ao partido, porque “o caminho ainda está no início”.

Reestruturação do Estado avança em toda a linha

O CONSELHO de Ministros aprovou recentemente as leis orgânicas dos diferentes ministérios, dando seguimento ao Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE).

As novas leis consagram uma redução de 25 por cento no número de cargos dirigentes previstos na estrutura da Administração Pública, sendo eliminados 188 cargos de direcção superior, de 1º e de 2º grau.

Findo este processo, segue-se agora a segunda fase prevista no PRACE, com a elaboração das novas leis orgânicas de cada um dos organismos e serviços da Administração Central do Estado.

Em declarações aos jornalistas,

no final da reunião do Governo em que foram aprovadas a versão final das leis orgânicas de 14 ministérios, Pedro Silva Pereira destacou o facto de, pela primeira vez, o organismo que tutela a Presidência do Conselho de Ministros passar a dispor de uma lei que define com clareza as competências e as fronteiras de actuação de cada um dos seus organismos.

O governante esclareceu que a lei orgânica do Ministério da Defesa não fora aprovada “por este ter um procedimento e calendários próprios”, caso em que também se englobam “as decisões emergentes da reforma dos laboratórios do Estado”, que está em fase final de consulta pública.

As decisões deste processo serão posteriormente integradas na redacção final” dos diplomas aprovados, adiantou, sublinhando de seguida que “a aprovação final das leis orgânicas dos ministérios “constitui um passo decisivo para a concretização do PRACE”.

Por sua vez, o secretário de Estado da Administração Pública, João Figueiredo, sublinhou perante a Comunicação Social que com aprovação final das referidas leis e a entrada na segunda fase do PRACE, o Governo socialista “está a cumprir todos os prazos previamente determinados para a execução do Programa de Reestruturação”, que estará concluído já no final deste ano.

M.R.

Acção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

www.accaosocialista.net

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt, Mary Rodrigues mary@ps.pt, Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt ■ **Secretariado** Virgínia Damas virginia@ps.pt ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço postal do jornal ou accaosocialista@ps.pt